



**Minha Casa
Minha Vida**

PROJETO DE TRABALHO SOCIAL

Condomínio Vincenzo Rivetti I



PREFEITURA DE PETRÓPOLIS

Secretaria de Obras, Habitação e Regularização Fundiária
Diretoria de Habitação e Regularização Fundiária



SUMÁRIO

01	IDENTIFICAÇÃO	3
02	INTRODUÇÃO	4
03	CARACTERIZAÇÃO DA MACROÁREA	6
	3.1. Localização e Limites da Macroárea	6
	3.2. Relevo	6
	3.3. Clima	6
	3.4. População e Renda	6
	3.5. Economia	8
	3.6. Turismo	9
	3.7. Ocupação do Território – Colonização	9
	3.8. Aspectos Arquitetônicos	10
	3.9. Habitação e Saneamento	11
	3.10. Educação	13
	3.11. Saúde	15
04	DADOS RELATIVOS AOS FUTUROS BENEFICIÁRIOS	16
	4.1. Renda familiar	16
	4.2. Composição familiar	18
	4.2.1. Número de habitantes por faixa etária	18
	4.2.2. Responsável Familiar	19
	4.2.3. Número de pessoas com deficiência	19
	4.2.4. Número de mulheres responsáveis pela unidade familiar	20
	4.3. Escolaridade das famílias	20
	4.4. Profissão e situação de emprego dos que percebem renda	22
	4.5. Necessidades apontadas pela comunidade como prioritárias relativas a direitos sociais e equipamentos e serviços públicos	26
05	EMPREENDIMENTO, LOCALIDADE E ENTORNO	28
	5.1. Empreendimento	28
	5.2. Localidade e entorno	29
06	EQUIPAMENTOS, PROJETOS, PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS	32
07	JUSTIFICATIVA	39
08	OBJETIVOS	40
	8.1. Objetivo Geral	40
	8.2. Objetivos Específicos	40
09	METODOLOGIA	42
	9.1. Etapas do Projeto Técnico Social	43
	9.1.1. Etapa preliminar para a execução do projeto	43
	9.1.1.1. Estabelecimento da Equipe Técnica Social	43
	9.1.2. Ações /Atividades do PTS	44
	9.1.2.1. Etapa Pré-Contratual/Pré Morar	44
10	ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DO PDST	53
11	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	56
12	CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	57
13	ORÇAMENTO	58
	13.1. Detalhamento de custo com pessoal	70
14	CRONOGRAMA FINANCEIRO	72

1. IDENTIFICAÇÃO

PROGRAMA: Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	CONTRATO CAIXA nº: VICENZO RIVETTI I - 0409142-60	
EMPREENDIMENTO: CONDOMÍNIO VICENZO RIVETTI I Rua Vicenzo Rivetti, s/nº - Bairro Carangola		
LOCALIZAÇÃO/MUNICÍPIO: Petrópolis	REGIME DE EXECUÇÃO: Mista	
UF: Rio de Janeiro		
AGENTE EXECUTOR: Secretaria de Obras, Habitação e Regularização Fundiária. End: Av. Barão do Rio Branco, 2.846, Centro (Centro Administrativo Frei Antônio Moser) Tel: (24) 2233-8148; e-mail: sob@petropolis.rj.gov.br		
RESPONSÁVEL TÉCNICO (PROPONENTE): Denise Lima dos Santos		
FORMAÇÃO: Assistente Social – CRESS nº 27484 – 7ª. Região. Tel: (24) 98816-1974; e-mail: tecnicosocialpetropolis@gmail.com		
Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS: VICENZO RIVETTI I – 176 – Tipologia: Apartamento		
ETAPA	VALOR – R\$	%
PTS-P	---	0,00%
Elaboração de PTS/PDST	10.412,12	5,26%
PTS	28.527,21	14,41%
PDST	159.060,67	80,33%
TTS – TOTAL	198.000,00	

2. INTRODUÇÃO

Esse documento objetiva apresentar as estratégias metodológicas para execução do Projeto de Trabalho Social (PTS), e elaboração do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST), referentes ao empreendimento CONDOMÍNIO VICENZO RIVETTI I, Programa Minha Casa Minha Vida, no município de Petrópolis – RJ.

O Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizados a partir de estudos e diagnósticos, integrados e participativos, do território, compreendendo as dimensões social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. Tem o objetivo de promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção.

Visando estabelecer elementos estratégicos, com base nos objetivos e metas que devem ser alcançados pelo Trabalho Social, e a contribuição que trará na melhoria da qualidade de vida da população beneficiária, será fundamental o planejamento adequado das ações, conforme preconizam as normativas do Ministério das Cidades.

Para tanto, é necessário conhecer, analisar e propor estratégias, não apenas pelas descrições apresentadas em documentos técnicos do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, mas também por meio da caracterização do perfil dos beneficiários, com base nas informações resultantes do diagnóstico que será elaborado pelo proponente.

Nesse sentido, o presente documento representa a base metodológica para a realização do Trabalho Social durante o período estabelecido para sua atuação, no qual estarão definidas estratégias de enfrentamento às possíveis dificuldades e entraves decorrentes da intervenção quando necessário.

Conforme orientações técnicas da Portaria 21, de 22 de janeiro de 2014, **Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades**, a realização do Trabalho Social após a assinatura do convênio de repasse se desenvolverá em duas fases distintas, tendo como documentos norteadores da execução do Trabalho Social, o **Projeto Técnico Social – PTS** e o **Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST**, respectivamente.

Em relação ao PTS, ressalta-se que será composto de ações e metas da fase pré-morar, que se estende desde a aprovação dos beneficiários pela CAIXA, até a ocupação do condomínio com a mudança das famílias. Essa fase tem dois momentos em referência, com a assinatura do contrato entre a CAIXA e o beneficiário, sendo identificadas como pré-contratual e pós-contratual.

A fase pré-contratual se caracteriza pelo processo de disponibilização de informações sobre o Programa, empreendimento, regime condominial e desdobramentos, obrigações e direitos, papel dos atores envolvidos, tarifas sociais, procedimentos para a escolha do imóvel, passos até a aquisição e mudança para o imóvel, entre outros aspectos, para subsidiar a decisão das famílias quanto à adesão, ou não, ao Programa.

Já a fase pós-contratual ocorrerá antes da mudança, tendo foco concentrado nas orientações e no acompanhamento da ocupação do condomínio.

Os diagnósticos para caracterização do empreendimento e das famílias, que servirão de referência para o aprimoramento da proposta do Plano de Desenvolvimento Local, constarão do PTS, enquanto na fase pós-morar, o PDST deverá ser executado dando continuidade trabalhando temas dos eixos de base do Trabalho Social. Algumas das ações que devem ser preconizadas são a consolidação das

lideranças e os arranjos organizativos, as articulações, bem como, a participação dos moradores nas diversas ações.

Propõe-se dessa forma, que as ações de caráter informativo, de orientação e de assessoria, para o alcance dos objetivos recomendados nos eixos de atuação definidos pelo Ministério das Cidades, estejam associadas à realização de eventos de mobilização com a intenção de alcançar o maior número de proprietários e demais moradores, bem como à totalidade da população residente no condomínio e os grupos de interesse da região.

Importante destacar inicialmente que as reflexões sobre as questões que fundamentam a elaboração deste documento se dão a partir de uma análise quanto à importância das intervenções urbanísticas, em especial, o conceito de moradia segura.

A melhoria da qualidade de vida da população beneficiária ocorrerá a partir das ações sociais desenvolvidas e depende da infraestrutura urbana a ser implementada pelo poder público. Dessa forma, o principal foco do Trabalho Técnico Social será promover a participação da sociedade no planejamento e na efetivação do Projeto, objetivando construir condições para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental do investimento, assegurando sua integração à proposta de gestão democrática dos serviços ofertados.

Esse desafio consiste em estimular ações do Trabalho Social, lançando mão dos processos de mobilização e organização comunitária, em torno da participação e do controle social, na perspectiva da gestão participativa, da sustentabilidade, da garantia de direitos e da democratização das políticas públicas.

O Projeto de Trabalho Social (PTS) aqui apresentado compreende a descrição das atividades e respectivas metodologias, para a preparação das ações norteadoras, segundo as diretrizes previstas, que configuram um conjunto de ações bem definidas em relação aos serviços a executar durante no Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST), abrangendo os eixos estabelecidos pelo Ministério das Cidades.

A abordagem desses eixos deve contemplar os temas “mobilização e organização comunitária”, “educação sanitária e ambiental” e “geração de trabalho e renda”, dispostos no Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, abrangendo os seguintes eixos:

1. Mobilização, organização e fortalecimento social
2. Acompanhamento e gestão social da intervenção
3. Educação ambiental e patrimonial
4. Desenvolvimento socioeconômico

3. CARACTERIZAÇÃO DA MACROÁREA

3.1 Localização e limites da macroárea

Petrópolis localiza-se no topo da Serra da Estrela, pertencente ao conjunto montanhoso da Serra dos Órgãos, estando a 845 metros de altitude média, sendo que a sede municipal está a 810 metros de altitude. Limita-se ao Norte com Areal e Paraíba do Sul, a Norte-Noroeste com São José do Vale do Rio Preto (antigo Distrito), a Leste com Teresópolis e Magé, ao Sul com Duque de Caxias e a Oeste com Miguel Pereira e Paty do Alferes. Representando 1,8 % da área do Estado do Rio de Janeiro e 11,5% da Região Serrana, Petrópolis possui 797,1 quilômetros quadrados, distribuídos nos cinco distritos: 1º Sede; 2º Cascatinha, 3º Itaipava, 4º Pedro do Rio, 5º Posse.

O Município encontra-se às margens de uma das principais rodovias do País, a BR-040, que liga o Rio de Janeiro ao Distrito Federal, estando a apenas 67 quilômetros da capital, Rio de Janeiro, a 60 quilômetros do aeroporto Internacional do Tom Jobin, na Ilha do Governador, no Rio e a 74,5 quilômetros ao aeroporto Santos Dumont, no Castelo, Rio de Janeiro. Petrópolis dista 36 quilômetros de Duque de Caxias, 63 de Magé, 82 de São José do Vale do Rio Preto, estando a 52 quilômetros de Areal, a 75 de Três Rios, 129 de Juiz de Fora (MG) e a 68 de Teresópolis. Além de ser cortada pela rodovia federal BR-040 (rodovia Washington Luiz), tem a rodovia Philluvio Cerqueira Rodrigues (BR-495), com 32 quilômetros de extensão permite o acesso a Teresópolis, enquanto a rodovia Silveira da Motta, que leva até São José do Vale do Rio Preto parte tem domínio do Estado, como RJ-134 e parte do governo federal, como BR-492, que liga o distrito de Itaipava a Teresópolis. Parte de Petrópolis, no trecho urbano hoje denominado Av. Barão do Rio Branco, a antiga rodovia federal União e Indústria, primeira estrada pavimentada do Brasil, que leva até Areal (cujo acesso pode ser também pela BR-040). Parte da rodovia, que era o caminho das diligências para Minas Gerais, foi utilizada para o traçado da atual BR-040.

3.2 Relevo

O relevo de Petrópolis seguiu a conformação do Vale da Serra da Estrela, cujo entorno é dominado por um relevo onde se destacam encostas abruptas e montanhas de largas pedreiras. Além disso, abriga, em conjunto com os Municípios de Magé, Guapimirim e Teresópolis, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, um dos mais conhecidos e visitados do Brasil.

3.3 Clima

O clima da cidade é o tropical de altitude com verões úmidos e invernos secos. O índice pluviométrico costuma variar entre 1.600 e 2.100 milímetros anuais, com grandes oscilações entre períodos de longa seca e outros de chuva intensa. Em 2017, quando foram registrados 1.264 milímetros, segundo o Inmet – Instituto Nacional de Meteorologia, as cinco maiores ocorrências de chuvas foram nos dias 16 de julho (250 mm), 20 de novembro (84 mm), 30 de janeiro (66 mm), 7 de fevereiro (60 mm) e 8 de abril (57 mm), sendo que o período do ano com mais ocorrências foi aquele compreendido entre 1º de janeiro e 1º de abril, com 48 dias de chuvas. A variação pluviométrica desse período oscilou entre 1 mm até 66 mm, totalizando 774 mm, numa média de 8,6 mm dentro do intervalo medido. A temperatura é amena. A média anual fica em torno dos 19°C. No mês mais quente, a temperatura média é de 23°C e a média do mês mais frio é de 15°C. De acordo com o Inmet, a menor temperatura registrada foi 0,7°C, no dia 2 de agosto de 1955 e a maior foi de 36,6°C, no dia 6 de novembro de 2009.

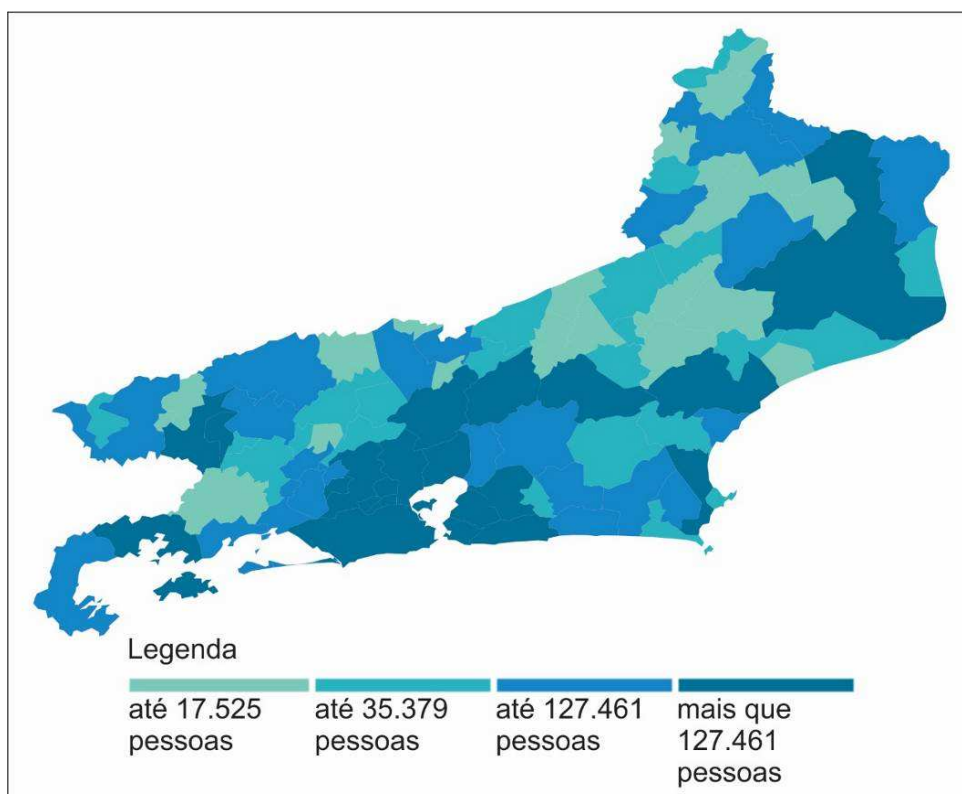
3.4 População e renda

A população identificada pelo Censo Demográfico de 2010, para o município de Petrópolis, foi de 295.917 habitantes, com densidade demográfica de 371,85 hab/km², sendo o município com maior população em sua microrregião, o 9º maior do Estado e o 82º do País. A população estimada em 2017 foi de 298.235 pessoas, enquanto em 2018 o estimado saltou para 305.687, sendo a 194ª cidade mais

populosa do Brasil, a 20ª do Estado e a 1ª na microrregião.

Do total de residentes, em 2010, 154.921 eram do sexo feminino, enquanto havia 140.996, do sexo masculino. Foram recenseados 114.396 domicílios, dos quais 153 eram coletivos, havendo 96.350 domicílios ocupados e 17.893, não ocupados. De acordo com o IBGE, a situação domiciliar predominante é a urbana, responsável pela concentração de 281.286 pessoas, enquanto na área rural há 14.631 pessoas, sendo o menor número absoluto de moradores na zona rural, se comparado com Teresópolis e Nova Friburgo, municípios de porte médio da mesma microrregião.

Registramos a seguir o mapa da macroárea, referente ao indicador população:



De acordo com os dados informados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2016, o salário médio mensal do petropolitano era de 2,4 salários mínimos, enquanto a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 28,8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 16 de 92 e 16 de 92, respectivamente. Já na comparação com cidades do País, ficava na posição 648 de 5570 e 529 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 30,6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 89 de 92 dentre as cidades do estado e na posição 4562 de 5570 dentre as cidades do Brasil. O quadro 1 a seguir apresenta dados do cadastro geral de empresas de Petrópolis:

QUADRO 1 – Cadastro Geral de Empresas de Petrópolis

DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
UNIDADES LOCAIS	10.738	Unidades
NÚMERO DE EMPRESAS ATUANTES	10.175	Unidades
PESSOAL OCUPADO	85.828	Pessoas
PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO	68.974	Pessoas
SALÁRIO MÉDIO MENSAL	2,4	Sal. Mínimos
SALÁRIOS E OUTRAS REMUNERAÇÕES	1.928.485	(x 1000) R\$

Fonte – IBGE, Cadastro Central de Empresas 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2018

3.5 Economia

Petrópolis é um polo exportador de serviços, com faturamento superior a US\$ 1 bilhão/ano, despontando nas áreas de tecnologia e mecânica leve. Só em 2009, foram aportados R\$ 71 milhões em investimentos nas empresas do setor (tendo a GE Celma – serviços de turbinas de aviação, como a grande propulsora). Os investimentos geraram mais de mil empregos diretos, facilitados também por incentivos fiscais da Prefeitura. A política de incentivos fiscais implantada nos últimos anos foi responsável pela abertura de novas unidades produtoras e reativando galpões que se encontravam fechados.

Apesar da retração no mercado de trabalho, em 2017, os dados preliminares de 2018 apontam para uma sensível melhora, apresentando somente no primeiro trimestre do ano, um saldo de 367 vagas em Petrópolis e 638 nos municípios da Região, apesar da permanência do déficit no Estado do Rio.

Atualmente o panorama socioeconômico do Município é destacado pelos setores de serviços e pelas indústrias de tecnologia e de mecânica leve; pela indústria cervejeira e têxtil, polo moveleiro, turismo histórico e o ecoturismo e Agricultura Familiar. Apesar disso, a cidade perdeu importância no cenário econômico estadual, ao mudar sua matriz produtiva, ocorrida a partir da expansão industrial de outras cidades com melhores acessos e terrenos menos acidentados.

O setor têxtil conta com as fábricas de tecidos e as confecções de roupas e do comércio de vestuário (polos de moda da Rua Teresa e do Bingen, além das lojas em Itaipava e no Centro), tendo Petrópolis um dos maiores shoppings a céu aberto do País – o Pólo de Modas da Rua Teresa, com mais 900 lojas em seus dois quilômetros de extensão. Somente esse pólo, considerado um dos mais importantes da Região, corresponde a 14% do PIB do Município, gerando 40 mil empregos diretos e indiretos.

Criado há mais de 100 anos, o Polo de Móveis de Petrópolis destaca-se como um dos principais polos industriais e comerciais de movelaria do País. Constituído por mais de 70 indústrias formais e informais, com faturamento mensal de R\$ 2,5 milhões, gera aproximadamente 700 empregos diretos e outros 400 indiretos. O Polo é formado principalmente por micro e pequenas empresas que atuam na fabricação e comercialização de móveis, tecidos e outros artigos para decoração.

O Produto Interno Bruto do setor agropecuário é importante para Petrópolis. Cerca de 10% da mão-de-obra ocupada estão associados diretamente ao plantio ou à alguma criação com fins comerciais. Há também a Agricultura Familiar, que vem ganhando incentivos nos últimos anos e ampliando a sua produção. Outro setor que se utiliza desses produtos são estabelecimentos comerciais do ramo alimentício, que são abastecidos por produtores locais.

A Região Serrana do Rio de Janeiro é responsável por 70% das frutas, legumes e verduras produzidas no Estado e é uma das regiões que mais cresce na produção de alimentos orgânicos. Tanto

que em 2015, o maior Produto Interno Bruto do setor agropecuário no Estado do Rio foi de uma cidade da Região: Teresópolis atingiu a marca histórica dos R\$ 291,3 milhões, no PIB a preços correntes. Boa parte desse valor é oriundo do cultivo e de criações orgânicas, cujos negócios no Brasil já alcançam a marca dos US\$ 100 milhões. Por conta disso, o acesso à informação técnica e a troca de experiências são primordiais para qualificar produtores e melhorar os produtos.

3.6 Turismo

O Turismo Histórico e o Ecoturismo estão cada vez mais em expansão em Petrópolis. O setor é responsável por 8.500 postos de trabalho diretos e indiretos. Por ano, o Município recebe aproximadamente 1,8 milhões de turistas e visitantes.

De acordo com o Estudo de Competitividade do Ministério do Turismo, Petrópolis é um dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil e um dos cinco no Estado do Rio de Janeiro por promover a aceleração econômica e o incremento em diversas áreas, como ambiental, cultural e social.

O circuito tradicional de visitação a Petrópolis, que compreende o Centro Histórico, conta com um conjunto de prédios edificadas a partir do final do século XVIII e início do século XIX. O casario de época, ocupado por prédios públicos, como a sede do Poder Legislativo Municipal, no Palácio Amarelo e a sede da Prefeitura, no Palácio Sérgio Fadel.

3.7 Ocupação do território – Colonização

De acordo com os registros históricos, a colonização de Petrópolis se deu com as concessões de terras a partir de 1686. Das sucessões hereditárias e vendas a terceiros surgiram as Fazendas do Córrego Seco, Itamaraty, Samambaia, Corrêas, Quitandinha, Velasco e Morro Queimado. No segundo decênio do século XVIII, foi aberto o atalho no Caminho Novo, pelo Sargento-Mor Bernardo Soares de Proença, ligando o Porto da Estrela com o sítio de Garcia Rodrigues por meio de Suruí, passando pela freguesia de Santana de Sebollas, distrito de Inconfidência, atual Paraíba do Sul. Com esse novo caminho, mais colonos foram atraídos para a região, especialmente portugueses e espanhóis.

Fica evidente que a região onde se localiza Petrópolis era um lugar que servia de passagem entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, importante pelos diversos “estabelecimentos” que acolhiam os tropeiros que iam e vinham e especialmente em razão do tempo que as viagens duravam, no lombo dos burros e cavalos.

O clima ameno e as belezas naturais chamaram a atenção de D. Pedro I em 1822, ano da Independência do Brasil. Constantemente viajando a fim de conquistar apoio político. Seis meses antes da Proclamação, em uma viagem para Minas Gerais, o futuro Imperador se hospedou na fazenda de Antonio Tomás de Aquino Correia da Silva, o Padre Correia, que deu nome à localidade de Corrêas, no 2º Distrito, considerada na época a mais próspera do Caminho Novo, tanto por sua imensa extensão territorial, quanto pela produção agrícola de frutas e manufatura de ferraduras. Posteriormente, durante oito anos o Imperador subiu a Serra com sua família em busca de “melhores ares”, especialmente para uma de suas filhas, a Princesa Paula, acometida de enfermidade grave e desconhecida.

Numa época em que o pioneirismo dava o tom da história, Petrópolis abriu os braços para imigrantes alemães, italianos e portugueses, entre outros. Os alemães tiveram participação fundamental na construção da primeira estrada de ferro brasileira, inaugurada pelo Barão de Mauá em 1854, ligando o Porto de Mauá à Raiz da Serra, facilitando, assim, o acesso a Petrópolis. A Estrada União e Indústria foi primeira estrada de rodagem brasileira, inaugurada em 1861, indo de Petrópolis até Juiz de Fora, MG, outro empreendimento que contou com a iniciativa pioneira do Barão de Mauá.



Locomotiva que fazia o trajeto do Porto de Mauá até o Meio da Serra

A influência da colonização alemã é um traço importante na história de Petrópolis. Embora não tenham sido os primeiros colonos, iniciaram a tradição industrial notada em fins do século XIX, com a colaboração especialmente dos italianos. Já o planejamento idealizado pelo major Julio Koeler, mudou a perspectiva urbanística dominante na época, ao estabelecer que os prazos de terra (lotes) teriam a frente voltada para os rios, e não os fundos, como era tradição naquele período. De acordo com registros arquivados na Biblioteca do Museu Imperial de Petrópolis, os primeiros colonos alemães chegaram em 29 de junho 1845. Entre junho e novembro daquele ano, foram 600 famílias, totalizando quase 2.100 pessoas, com mais de 360 sobrenomes diferentes que até hoje estão presentes no cotidiano da cidade.

Mesmo após a Proclamação da República e o exílio da Família Imperial, Petrópolis manteve seu prestígio, sendo, inclusive, capital do Estado, entre 1894 e 1903. Atos que contribuíram para a história do Brasil se deram na cidade, como a assinatura do tratado que anexou o estado do Acre ao território brasileiro, com a atuação direta de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, que mantinha residência de veraneio na cidade. A partir de 1904, a antiga residência do Barão do Rio Negro se transformou na casa de veraneio dos Presidentes da República. Em 1928, a cidade seria a primeira no País a receber uma rodovia asfaltada, a Washington Luiz, ligando o Rio de Janeiro a Petrópolis.

3.8 Aspectos arquitetônicos

Por suas características peculiares, sejam elas climáticas ou a constante presença da Corte Imperial e posteriormente das comitivas presidenciais, Petrópolis possui um conjunto arquitetônico sem igual, do qual um dos símbolos mais conhecidos é o Palácio Imperial, hoje Museu Imperial, avaliado como o sexto melhor do Brasil¹ e listado entre os dez mais visitados do País. O Palácio é a principal construção do chamado “Centro Histórico”, onde se destaca a Avenida Koeler, ladeada por casarões e palacetes do século XIX.

No chamado “Centro Histórico”, encontram-se, também, construções curiosas como a "Encantada" (casa de verão de Santos Dumont); e outras que são marco do período Imperial, como o Palácio de Cristal, presente do Conde D’Eu à sua esposa, a Princesa Isabel, inspirado no Crystal Palace,

¹ Lista Travelers’ Choice Museums, Tripadvisor.

de Londres; o Palácio Amarelo (atual Câmara de Vereadores); o Palácio Rio Negro, fronteiro à sede da Prefeitura (palácio Sergio Fadel) e construções curiosas, como o “castelinho” do autodenominado “Duque de Belfort”, na esquina da Koeler com a Praça Ruy Barbosa, cenário de diversos filmes e novelas; ou ainda a antiga casa da família Rocha Miranda (“Casa dos Sete Erros”), na Avenida Ipiranga, endereço de outra residência da mesma família, em estilo sessentista. Linhas modernas também estão presentes na casa de Lúcio Costa, no bairro de Samambaia. Na mesma Avenida Ipiranga podem ser vistos outros casarões, como o que pertenceu ao jurista brasileiro, Ruy Barbosa.

3.9 Habitação e saneamento

No quesito saneamento básico, o município apresenta 82,1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, enquanto há 38% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 44,3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do Estado, fica na posição 29 de 92, 75 de 92 e 38 de 92, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 853 de 5570, 4598 de 5570 e 613 de 5570, respectivamente. Do total de domicílios, 95.396 são abastecidos por rede regular, com água canalizada e tratada, enquanto 855 são abastecidos de outra forma. O tipo de construção mais comumente encontrado são os domicílios edificados em alvenaria, correspondente a 83.198 domicílios.

Em relação ao sistema de saneamento, todo o sistema de tratamento de água e esgoto é uma concessão para a empresa Águas do Imperador. No que se refere à habitação, segundo dados do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS de Petrópolis, o Município tem um grave problema de déficit habitacional, abrangendo moradias em assentamentos precários e moradias inadequadas, situação que necessita de urgente enfrentamento por todos os setores da sociedade e esferas governamentais.

Nas tabelas de 1 a 3 a seguir, apresentamos o levantamento do diagnóstico para atendimento das necessidades habitacionais da macroárea.

Tabela 1 – Assentamentos Precários de Petrópolis

DISTRITO	CONSOLIDADOS	CONSOLIDÁVEIS	NÃO CONSOLIDÁVEIS	TOTAL
Sede	3	89	6	98
Cascatinha	2	21	0	23
Pedro do Rio	0	4	3	7
Itaipava	1	5	1	7
Posse	0	9	3	12
Total	6	128	13	147

Tabela 2 – Diagnóstico para Atendimento das Necessidades Habitacionais de Petrópolis

DISTRITO	Nº DE DOMICÍLIOS		
	Consolidados	Consolidáveis	Não consolidáveis
	Regularização	Urbanização complexa	Remoção
Sede	1.925	16.092	2.994
Cascatinha	190	3.865	1.288
Pedro do Rio		321	396
Itaipava	300	452	216
Posse		665	319
Total	2.415	21.395	5213

Tabela 3 – Quadro Geral de Assentamentos de Petrópolis

QUADRO GERAL DE ASSENTAMENTOS - MAIO/2012							
TIPOLOGIAS	CONSOLIDADOS Regularização		CONSOLIDÁVEIS Urbanização		NÃO CONSOLIDÁVEIS Relocação		TOTAL DOMICÍLIOS
	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%	
ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS (Total de Assentamentos 147)	2.415	8,3	21.395	73,7	5.213	18	29.023
CONJUNTOS HABITACIONAIS PMP*			639	100			639
CONJUNTOS HABITACIONAIS BNH **	2.993	100					2.993
DEFICIT HABITACIONAL							
Em Assentamentos Precários							5.228
Fora de Assentamentos Precários							6.615
Estimativa 2010							11.828
Estimativa 2011- 2023							5.278
DEFICIT HABITACIONAL 2010 - 2023							17.106
* Os Conjuntos da PMP foram considerados consolidados para Urbanização e Melhorias Habitacionais							
** Os Conjuntos do BNH foram considerados consolidados em bom estado de conservação							

A magnitude dos números apresentados nas tabelas anteriores evidencia a falta de habitação adequada e digna às famílias de menor poder aquisitivo. São necessários esforços integrados das três esferas de Governo para reduzir o déficit habitacional em Petrópolis.

Possuir uma moradia digna é um direito do cidadão garantido constitucionalmente. A atual conjuntura política, administrativa, social e econômica do País aumentou a demanda por habitação popular e as possibilidades de acesso à casa própria. A gestão municipal elegeu entre suas prioridades a política habitacional, a partir de intervenções em infraestrutura básica e construção de conjuntos habitacionais, ciente que dessa forma, além de diminuir o déficit habitacional para a população de baixa renda, pode também ativar a construção civil, gerando emprego e renda e beneficiar a qualidade de vida da população.

Outro aspecto importante, no âmbito habitacional de Petrópolis é a necessidade iminente de redução das áreas de risco, a partir de construções dignas e seguras, remoção dos moradores e a recuperação das áreas degradadas. Ao longo de décadas o Município vem registrando tragédias em razão de ocupações e construções irregulares, um problema que atravessa gerações com impactos às vezes devastadores no cotidiano da cidade e sobretudo dos cidadãos.

A ocupação desordenada das encostas, formação típica do relevo petropolitano, especialmente nas regiões limítrofes do Centro Histórico e que hoje se estende a praticamente todos os bairros, muito mais do que prejuízos financeiros, causa danos às vezes irreparáveis, além da perda de vidas. Por trás do casario histórico e de aspecto aristocrático, Petrópolis esconde uma realidade cruel e difícil para a vida das pessoas.

Essa condição de adensamento desordenado recorrente é resultado do processo migratório não monitorado, vivido por Petrópolis nos últimos 50 anos. Um processo que de tão intenso é quase possível se notar uma conurbação, em algumas áreas específicas. A intensa busca por melhores condições de vida, de trabalho, de proximidade com o ambiente profissional, a necessidade por equipamentos públicos mais próximos acabaram transformando a tradicional paisagem bucólica. No lugar da vegetação nativa devastada, foram edificados barracos, casas, prédios, moradias construídas de

forma inadequada gerando risco permanentemente.

Há exatos 40 anos, um grupo de cinco arquitetos da Faculdade Benett realizava o levantamento das áreas ocupadas no 1º Distrito de Petrópolis. A abordagem levava em consideração os aspectos sociais e econômicos que dificultavam o acesso à moradia segura e de qualidade, o processo migratório acelerado e a expansão do adensamento desordenado. O livro “Baixa Renda – Um problema habitacional em Petrópolis”, publicado dois anos depois do levantamento, é resultado da investigação que apontava problemas causados pelos loteamentos irregulares e sem infraestrutura, loteamentos legalizados, mas também com infraestrutura precária e as invasões, que dominavam boa parte das comunidades adjacentes ao Centro Histórico. Demonstramos dados sobre os domicílios ocupados, na Tabela 4 a seguir, segundo o IBGE de 2010.

Dessa forma, o governo municipal promove a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, possibilitando acesso à moradia, com infraestrutura e serviços públicos de saúde, educação, lazer e inclusão social.

Tabela 4 – Domicílios Ocupados em Petrópolis

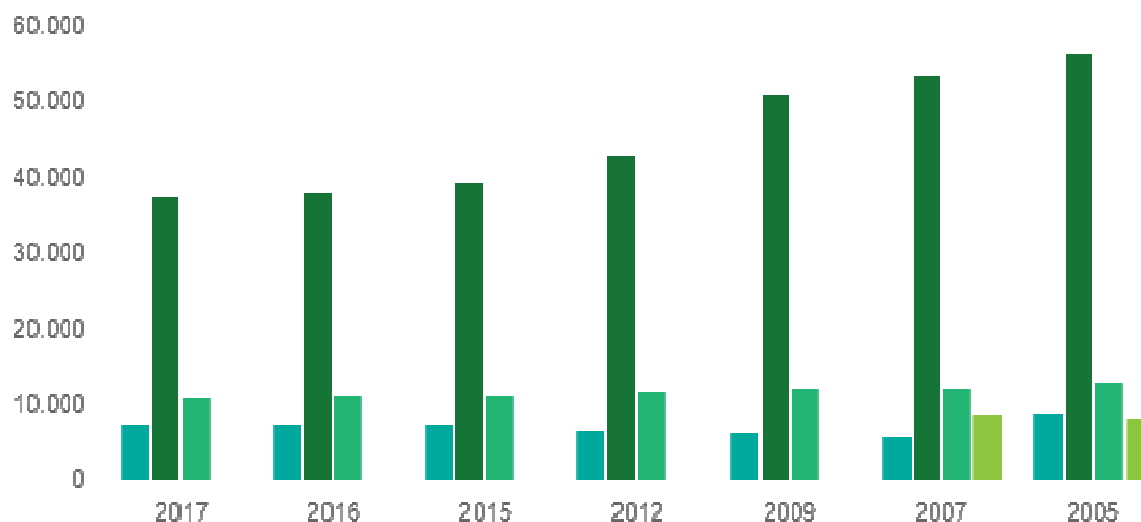
DOMICÍLIOS	QUANT.	UN.
COLETIVOS	153	Domicílios
PARTICULARES		
Ocupados	96.350	Domicílios
Não ocupados	17.893	Domicílios
Recenseados	114.396	Domicílios
POPULAÇÃO RESIDENTE*	295.917	Pessoas
POR SEXO		
Masculino	140.996	Pessoas
Feminino	154.921	Pessoas
SITUAÇÃO DOMICILIAR		
Urbana	281.286	Pessoas
Rural	14.631	Pessoas
MÉDIA DE PESSOAS EM DOMICÍLIOS PARTICULARES OCUPADOS	3,06	Pessoas

Fonte- Censo IBGE, 2010.

3.10 Educação

Apesar de estar entre os 50 municípios mais bem avaliados pelo IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, no Estado do Rio de Janeiro, a taxa de alfabetização da população local é apenas mediana, se comparada com as cidades do mesmo porte, em todo o País. Em relação às matrículas na rede pública municipal de ensino, Petrópolis apresenta um dado curioso: no intervalo de 12 anos, entre 2005 e 2017, o Município registrou redução no número de matrículas. O total de matriculados no Pré-escolar, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, passou de 77.561, em 2005, para 57.043, em 2015, ou seja, uma redução de 26,45%, segundo dados do Censo Escolar, do Ministério da Educação. A maior queda no número de matrículas foi no Ensino Fundamental: se comparados os anos de 2005 e 2017, são 33,49% menos alunos. Nesse intervalo o total geral de matrículas recuou de 56.088 (2005) para 37.301 (2017). O Gráfico 1 a seguir demonstra estes dados:

Gráfico 1 – Redução no número de matrículas 2005-2017



Em relação à formação em nível técnico e universitário, Petrópolis conta com instituições de porte como a UFF – Universidade Federal Fluminense, a Universidade Católica de Petrópolis – UCP, a Universidade Estácio de Sá e com três faculdades: Faculdade de Medicina de Petrópolis, Faculdade Arthur Sá Earp Neto – FASE e Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro – Faeterj, que oferecem diversificada formação, além do Instituto Teológico Franciscano.

Dispõe também de opções no campo da educação à distância (EAD) e cursos de pós-Graduação e MBA, como os oferecidos pela Fundação Getúlio Vargas e o Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A oferta de ensino em nível superior complementa-se com o Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, Instituto Superior de Tecnologia – ISTCCP, o Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro – CEDERJ e a Universidade Norte Paraná UNOPAR. No campo do ensino técnico, possui a Faetec – Fundação de Apoio às Escolas Técnicas do Estado do Rio de Janeiro, Senac e Senai, além de cursos profissionalizantes da rede particular.

No que se refere aos indicadores sobre Educação do Município, apresentamos a tabela 5, a seguir, para todos os níveis de ensino.

Tabela 5 – Indicadores de Educação de Petrópolis

Educação	Números	Unidade
Taxa de Escolarização – 6 a 14 anos (2010)	97,4	%
IDEB Anos Iniciais do Ensino Fundamental (2015)	5,5	Nota
IDEB Anos Finais do Ensino Fundamental (2015)	4,1	Nota
Ensino pré-escolar	208	Escolas
<i>Rede privada</i>	79	Escolas
<i>Rede pública municipal</i>	179	Escolas
Ensino fundamental (IBGE, 2017)	170	Escolas
<i>Rede privada</i>	63	Escolas
<i>Rede pública estadual</i>	03	Escolas
<i>Rede pública municipal</i>	104	Escolas
<i>Centros de Educação Infantil</i>	51	Centros
<i>Escolas de Educação Infantil Conveniadas com a Prefeitura</i>	11	Escolas
Ensino médio (IBGE, 2017)	40	Escolas
<i>Rede privada</i>	28	
<i>Rede pública estadual</i>	11	

	<i>Rede pública municipal</i>	01	
	<i>Rede pública federal</i>	01	
Ensino superior *		12	Instituições
Matrículas no Fundamental**		37.301	Matrículas
Matrículas no Ensino Médio***		10.881	Matrículas
Docentes no Pré-Escolar (IBGE, 2017)		502	Professores
Docentes no Ensino Médio (IBGE, 2017)		787	Professores

* Públicas, privadas e EAD | ** Rede pública municipal | *** Redes pública municipal, pública estadual e privada

3.11 Saúde

Petrópolis possui um sistema de saúde pública considerado satisfatório no que diz respeito a unidades de atendimento, especialidades e profissionais. São 79 unidades de saúde para uma população estimada em 2017, em 298.235 habitantes. A taxa de mortalidade infantil média é de 19,39 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do Estado, fica nas posições 9 de 92 e 82 de 92, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1.296 de 5.570 e 5.076 de 5.570, respectivamente.

Pela proximidade com regiões como a Baixada Fluminense, onde os serviços de saúde pública são insuficientes, Petrópolis recebe pacientes de outros municípios. As razoáveis condições das principais vias de acesso intermunicipais facilitam a busca por atendimento em unidades de saúde de Petrópolis. Registramos os indicadores na tabela 6, a seguir.

Tabela 6 – Indicadores de saúde de Petrópolis

Unidades	Quantidade	Atendimento
Hospitais Municipais	2	Ambulatorial e Urgência
Hospitais Particulares	10	Ambulatorial, Urgências
Postos de Saúde	44	Ambulatorial
UPAS	2	Urgências
Unidades de Tratamento	8	

4. DADOS RELATIVOS AOS FUTUROS BENEFICIÁRIOS

O processo de elegibilidade para a seleção das famílias para o empreendimento do CONDOMÍNIO VICENZO RIVETTI I, do Programa Minha Casa, Minha Vida, no município de Petrópolis – RJ, foi baseada em critérios nacionais e locais. Os critérios nacionais compreendem: 1) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, comprovada por declaração do ente público; 2) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por autodeclaração; 3) famílias das quais façam parte pessoa(s) com deficiência, comprovado com a apresentação de laudo médico. Os critérios locais serão definidos pelo município de Petrópolis.

Em relação ao **Diagnóstico das Famílias Beneficiárias** e seus respectivos titulares, o levantamento dos dados que compõem o perfil socioeconômico foi elaborado com base em pesquisa realizada por telefone com os beneficiários. Foram concluídos 137 formulários, abrangendo:

- 1 Expectativa de comprometimento médio mensal da renda das famílias com o pagamento de encargos, impostos, taxas, tarifas, financiamento habitacional, motivando, quando for o caso, a necessidade de tarifa social para energia elétrica e inserção em outras políticas públicas;
- 2 Número de habitantes por faixa etária e demais informações sobre a composição familiar;
- 3 A escolaridade dos membros da família, a profissão e situação de emprego, mapeamento das potencialidades e vocações produtivas, justificando a necessidade de articulação com as políticas de trabalho e renda, assistência social e educação;
- 4 As necessidades apontadas pela comunidade como prioritárias, relativas a direitos sociais e equipamentos e serviços públicos.

O perfil socioeconômico dos beneficiários será complementado na elaboração do PDST, prevendo aumento no número de entrevistas em relação ao quantitativo atual, de 137.

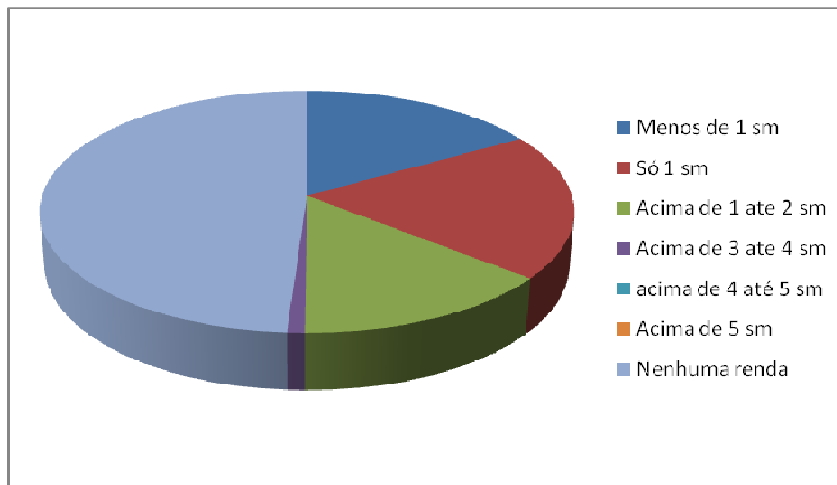
4.1 Renda Familiar

Os dados de renda familiar com maior índice estão nos intervalos de menos 1 sm a 1 sm, representados por 36%, seguidos por aqueles com mais de 1 sm a 2 sm, com 14,12% e apenas 0,94%, com renda acima de 3 sm a 4 sm. As demais faixas de renda não pontuaram. Em destaque, no entanto, 48,94%, declaram não possuir renda. Apresentamos estes dados na Tabela 7 e no Gráfico 2, a seguir:

Tabela 7 – Renda das famílias

DESCRIÇÃO	QUANT.	%
Menos de 1 sm	70	16,47%
Só 1 sm	83	19,53%
Acima de 1 ate 2 sm	60	14,12%
Acima de 3 ate 4 sm	4	0,94%
acima de 4 até 5 sm	0	0,00%
Acima de 5 sm	0	0,00%
Nenhuma renda	208	48,94%
TOTAL	425	100,00%

Gráfico 2 – Renda das Famílias

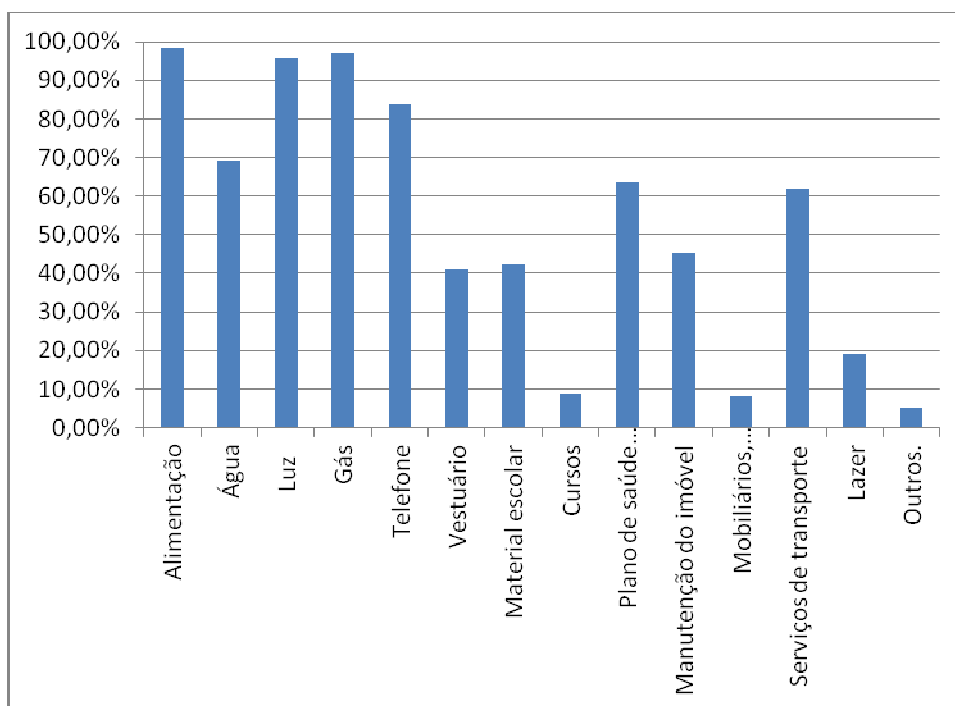


Com relação ao comprometimento médio mensal da renda das famílias com suas despesas, verifica-se que a maior parte destes gastos, 98,54% são com a alimentação, 97,08% com consumo de gás, 95,62% com luz, 83,94% com telefone e 62,04% com transporte. As demais despesas apresentadas pelos entrevistados dizem respeito a plano de saúde, 63,50%, manutenção do imóvel, 45,26%, material escolar, 42,34%, vestuário, 40,88%, e 18,98% com lazer. Ilustramos os dados na Tabela 8 e no Gráfico 3 a seguir:

Tabela 8 – Comprometimento médio mensal da renda das famílias

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	%
1	Alimentação	135	98,54%
2ª	Água	95	69,34%
AL	Luz	131	95,62%
AG	Gás	133	97,08%
AT	Telefone	115	83,94%
3	Vestuário	56	40,88%
4	Material escolar	58	42,34%
5	Cursos	12	8,76%
6	Plano de saúde /Medicamentos	87	63,50%
7	Manutenção do imóvel	62	45,26%
8	Mobiliários, eletrodomésticos	11	8,03%
9	Serviços de transporte	85	62,04%
10	Lazer	26	18,98%
11	Outros.	7	5,11%
	TOTAL DE FAMÍLIAS	137	

Gráfico 3 – Comprometimento médio mensal da renda das famílias



4.2 Composição Familiar

Quanto à composição familiar, descreveremos o número de habitantes por faixa etária, número de pessoas com deficiência, número de mulheres responsáveis pela unidade familiar e demais informações sobre a composição familiar.

As 137 famílias são compostas por 425 pessoas, apresentando, portanto, uma média de 3,1 pessoas por família.

4.2.1 Número de habitantes por faixa etária

As famílias estão compostas por grande número de pessoas consideradas economicamente ativas, que estão nos intervalos de 20 a 55 anos de idade, totalizando 51,76%; os adolescentes, entre as faixas etárias de 10 a 19 anos são 20,94% e idosos representam 11,53% do contingente familiar.

Observa-se ainda, uma equivalência entre as idades de homens e mulheres, conforme Tabela 9 a seguir:

Tabela 9 – Número de habitantes por faixa etária

Faixa Etária			Quantidade	%
Idade inicial		Idade final		
0	a	4	35	8,24%
5	a	9	32	7,53%
10	a	14	45	10,59%
15	a	19	44	10,35%
20	a	24	39	9,18%
25	a	29	29	6,82%
30	a	34	25	5,88%
35	a	39	28	6,59%
40	a	44	24	5,65%
45	a	49	32	7,53%
50	a	54	31	7,29%
55	a	59	12	2,82%
60	a	64	12	2,82%
65	a	69	16	3,76%
70	a	74	7	1,65%
75	a	79	4	0,94%
80	a	84	5	1,18%
85	a	89	4	0,94%
90	a	94	1	0,24%
TOTAL			425	100,00%

4.2.2 Responsável Familiar

No que se refere ao responsável familiar, observamos na Tabela 10, que o responsável familiar em sua maioria, 52,53%, é do sexo masculino.

Tabela 10 – Responsável Familiar

RESPONSÁVEL FAMILIAR	GERAL	50,13
RESPONSÁVEL FAMILIAR	FEMININO	49,69
RESPONSÁVEL FAMILIAR	MASCULINO	52,5
MEMBROS DA FAMÍLIA	GERAL	31,4
MEMBROS DA FAMÍLIA	FEMININO	35,8
MEMBROS DA FAMÍLIA	MASCULINO	25,8

4.2.3 Número de pessoas com deficiência

Dentre as 425 pessoas que compõem os grupos familiares pesquisados, 21 possuem algum tipo de deficiência (representando 5% das famílias), sendo que a que será contemplada com unidade habitacional adaptada para facilitar mobilidade física, refere-se aqueles com alguma necessidade especial física, que são em número de 9 pessoas (representando 2,12%), conforme Tabela 11 a seguir.

Tabela 11 – Pessoas com Deficiência

Física	9 (2,12%)
Auditiva	1 (0,24%)
Visual	5 (1,18%)
Intelectual	6 (1,41%)
TOTAL	21 (4,94%)

4.2.4 Número de mulheres responsáveis pela unidade familiar

Na identificação de chefes de família, prevalece o sexo feminino, representado por 84% do total. Com relação à documentação, os dois grupos, mulheres e homens, possuem RG e CPF. Registramos na Tabela 12 a seguir os dados.

Tabela 12 – Número de mulheres responsáveis pela unidade familiar

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	%
FEMININO	115	84%
MASCULINO	22	16%
CERTIDÃO DE CASAMENTO	66	48%
CERTIDÃO DE NASCIMENTO	71	52%
CERTIDÃO DE CASAMENTO (F)	53	46%
CERTIDÃO DE NASCIMENTO (F)	62	54%
CERTIDÃO DE CASAMENTO (M)	13	59%
CERTIDÃO DE NASCIMENTO (M)	9	41%
RG	137	100%
CPF	137	100%
Estudam	4	3%
Não estudam	133	97%

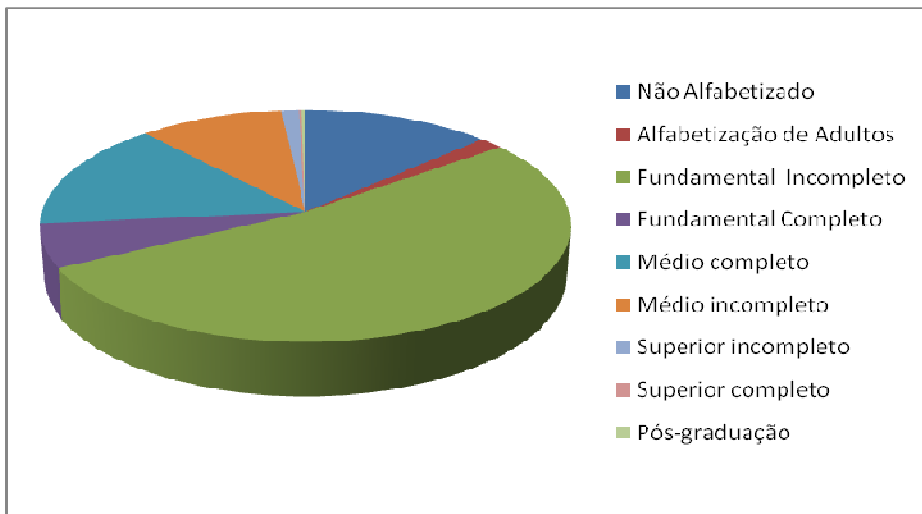
4.3 Escolaridade das Famílias

Atualmente, o maior índice de escolaridade encontrado é de ensino fundamental incompleto, com 52,71%. Dentro do total apurado daqueles que se declaram como não alfabetizados, encontramos 20 crianças, que ainda não atingiram a idade escolar. Registramos estes dados na Tabelas 13 e no Gráfico 4 .

Tabela 13 – A escolaridade dos membros da família

1	Não Alfabetizado	55	12,94%
2	Alfabetização de Adultos	7	1,65%
3	Fundamental Incompleto	224	52,71%
4	Fundamental Completo	26	6,12%
5	Médio completo	64	15,06%
6	Médio incompleto	42	9,88%
7	Superior incompleto	5	1,18%
8	Superior completo	1	0,24%
9	Pós-graduação	1	0,24%
TOTAL		425	100,00%

Gráfico 4 – A escolaridade dos membros da família

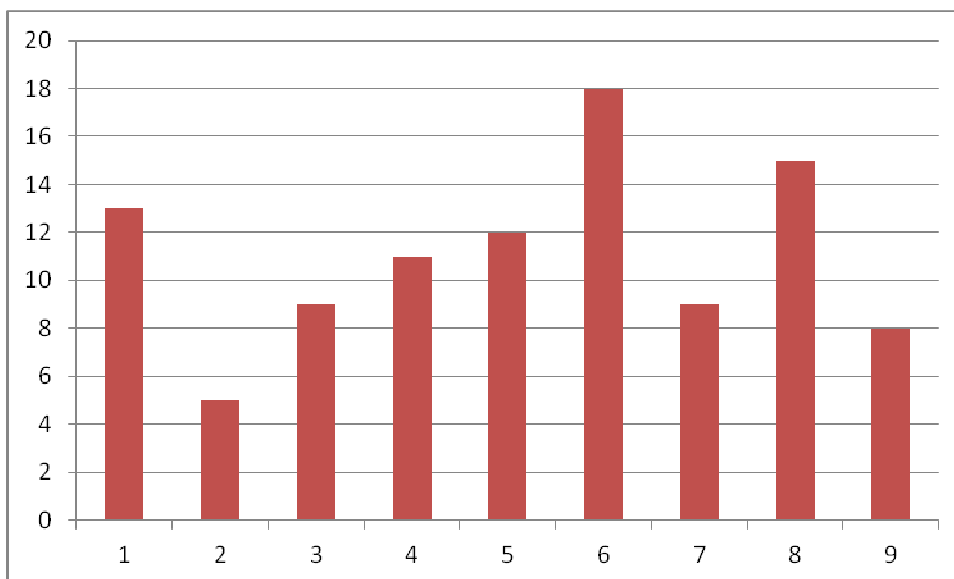


Apresentamos ainda outros dados sobre a escolaridade das famílias como o percentual de crianças do ensino fundamental distribuídos por ano na Tabela 14 e no Gráfico 5. Observamos o maior percentual de alunos no ano 6, representando 18,18% e no último ano este percentual cai para 7,07%.

Tabela 14 – Estudantes de ensino fundamental, divididos por ano escolar:

ANO	QUANTIDADE	%
1	13	13,13%
2	5	5,05%
3	9	9,09%
4	11	11,11%
5	12	12,12%
6	18	18,18%
7	9	9,09%
8	15	15,15%
9	7	7,07%
TOTAL	99	100,00%

Gráfico 5 – Estudantes de ensino fundamental, divididos por ano escolar:

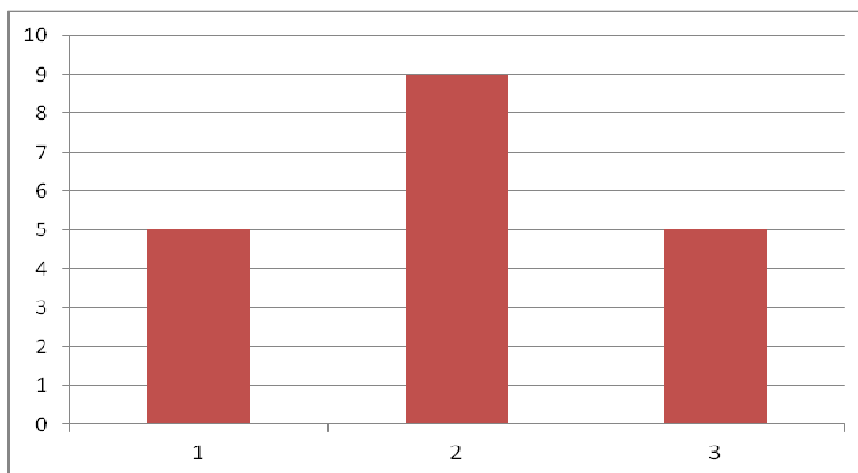


Também apresentamos o percentual de estudantes de ensino médio divididos por ano, na Tabela 15 e Gráfico 6. Em relação ao ensino médio, observamos que grande parte dos alunos frequentam o segundo ano (47,37 %) e depois há uma queda no número de alunos no último ano para 26,32%.

Tabela 15 – Estudantes de ensino médio, divididos por ano escolar:

ANO	QUANTIDADE	%
1	5	26,32%
2	9	47,37%
3	5	26,32%
TOTAL	19	100,00%

Gráfico 6 – Estudantes de ensino médio, divididos por ano escolar:



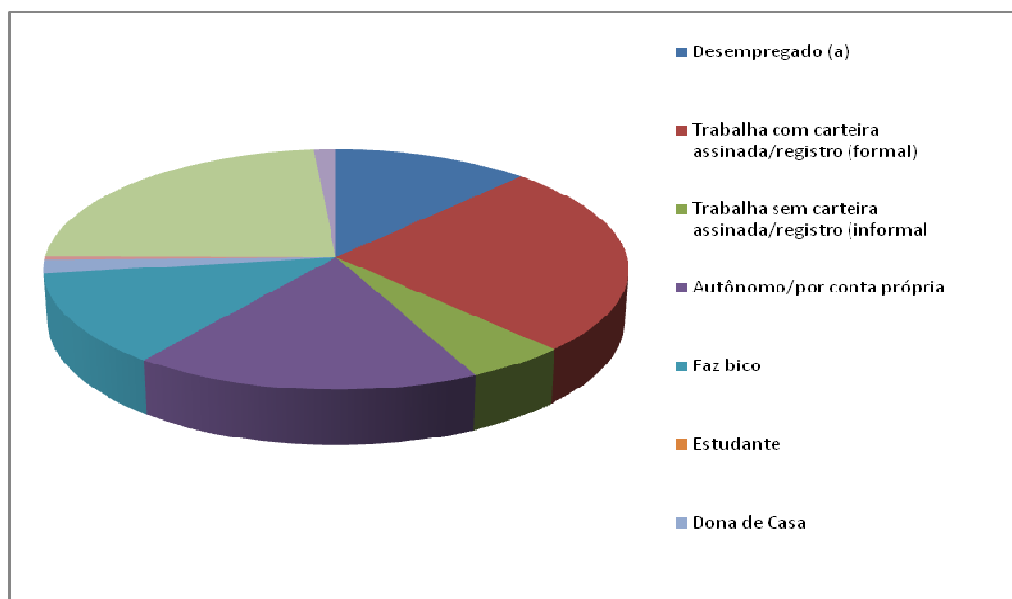
4.4 Profissão e situação de emprego dos que percebem renda

Os dados sobre a situação de emprego daqueles que percebem renda demonstram que grande parte desses possui emprego formal com carteira assinada: são 56 pessoas, conforme Tabela 17 e Gráfico 7.

Tabela 16 – Situação de emprego dos que percebem renda

1	Desempregado (a)	26
2	Trabalha com carteira assinada/registro (formal)	56
3	Trabalha sem carteira assinada/registro (informal)	11
4	Autônomo/por conta própria	38
5	Faz bico	27
6	Estudante	0
7	Dona de Casa	4
8	Empreendedor (a) individual (trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário)	1
9	Aposentado ou pensionista	51
10	Jovem Aprendiz	3
TOTAL		217

Gráfico 7 – Situação de emprego dos que percebem renda



Apresentamos a seguir, na Tabela 17 as profissões dos que percebem renda, com destaque para as profissões de diarista e doméstica.

Os dados coletados indicam que um grande número de pessoas que trabalha (227), desse universo de entrevistados, exerce atividades remuneradas em diferentes ramos, relacionadas ao grau de instrução apresentado; 45 pessoas executam trabalhos que demandam algum tipo de especialização e as demais se estratificam nas alternativas apontadas a seguir.

Tabela 17 – Profissão dos que percebem renda

Auxiliar administrativo	2
Ajudante de Capoteiro	1
Ajudante de cozinha	1
Ajudante de mecânico	1
Ajudante de pedreiro	1
Aposentado (a)	24
Arrematadora	1
Atendente	2
Auxiliar de acabamentos	1
Auxiliar de enfermagem	1
Auxiliar de lavanderia	1
Auxiliar de padaria	1
Auxiliar de pedreiro	1
Auxiliar de produção	1
Auxiliar de saúde bucal	1
Auxiliar de serviços gerais	5
Auxiliar protético	
Baba	2

Balconista	3
Barbeiro	1
Barraca de pescaria	2
Cabelereira	1
Capoteiro	1
Carpinteiro	1
Cavalição	1
Cervejaria	1
Cobrador	6
Comerciário	1
Coordenadora de hospedagem	1
Costureira	7
Cozinheira	3
Cuidadora	1
Diarista	27
Doméstica	11
Dona de Casa	4
Empregado doméstico	1
Enfermeira	1
Estampador	1
Instrutor de auto escola	1
Jardineiro	3
jovem aprendiz	3
Lancheira	2
Lavanderia	2
Manicure	4
Manobrista	1
Mecânico	2
Mecânico	1
Motorista	4
Não informada	15
Operadora de caixa	1
Padeiro	1
Pastelaria	1
Pedreiro	7
Pensionista	13
Pintor	4
Porteiro	3
Professora de zumba	1
Recepcionista	1
Repositor	1
Rolista	1
Saladeira	1

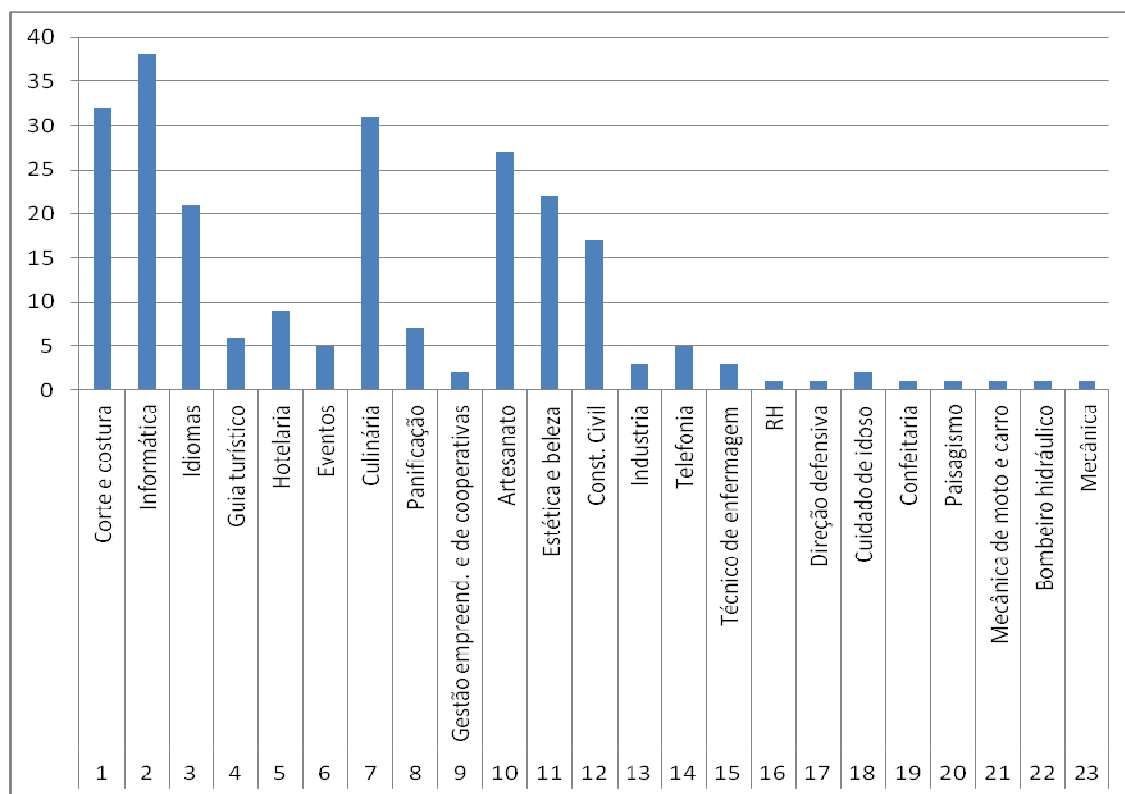
Serrador	1
Servente	9
Servidora pública	1
Spar	1
Técnica de análises clínicas	1
Técnica de enfermagem	1
Torneiro mecânico	1
Vendedor (a)	4
Vigia	1
Zeladora	1

Como possibilidades e vocação produtiva do mercado local, verifica-se uma grande variedade de serviços apontados neste levantamento. Dentre as vocações destacamos a de informática (38), corte e costura (32) e culinária (31). Registramos estes dados na Tabela 18 e no Gráfico 8.

Tabela 18 – Mapeamento das potencialidades e vocações produtivas

1	Corte e costura	32
2	Informática	38
3	Idiomas	21
4	Guia turístico	6
5	Hotelaria	9
6	Eventos	5
7	Culinária	31
8	Panificação	7
9	Gestão empreendedora e de cooperativas	2
10	Artesanato	27
11	Estética e beleza	22
12	Const. Civil	17
13	Indústria	3
14	Telefonia	5
15	Técnico de enfermagem	3
16	RH	1
17	Direção defensiva	1
18	Cuidado de idoso	2
19	Confeitaria	1
20	Paisagismo	1
21	Mecânica de moto e carro	1
22	Bombeiro hidráulico	1
23	Mecânica	1

Gráfico 8 – Mapeamento das potencialidades e vocações produtivas



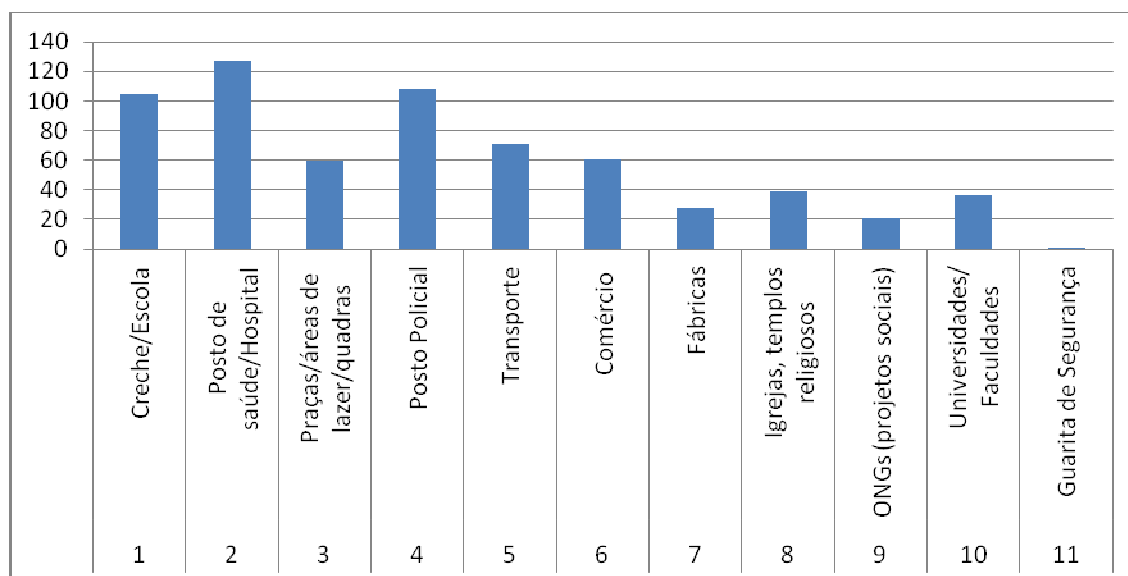
4.5 Necessidades apontadas pela comunidade como prioritárias, relativas a direitos sociais e equipamentos e serviços públicos

As demandas apresentadas se concentram em quatro áreas, a saber: educação, saúde e segurança, conforme Tabela 19 e Gráfico 9.

Tabela 19 – Necessidades apontadas pela comunidade como prioritárias

1	Creche/Escola	105
2	Posto de saúde/Hospital	127
3	Praças/áreas de lazer/quadra	60
4	Posto Policial	108
5	Transporte	71
6	Comércio	61
7	Fábricas	28
8	Igrejas, templos religiosos	39
9	ONGs (projetos sociais)	21
10	Universidades/ Faculdades	36
11	Guarita de Segurança	1

Gráfico 9 – Necessidades apontadas pela comunidade como prioritárias



A análise destes dados coletados e apresentados acima indica que este grupo de beneficiários ao PMCMV demanda por melhores condições de infraestrutura nas áreas consideradas socialmente inclusivas e de garantia aos direitos do cidadão à educação, saúde, segurança e transporte, os quais estão, diretamente, relacionados à melhoria do atendimento dos serviços públicos e de outros da iniciativa privada, como o transporte rodoviário local, sob a responsabilidade da administração municipal.

Por tratar-se de um contingente significativo de jovens, há que se pensar em propostas socioeducativas e inclusivas, que possibilitem a competitividade no mercado de trabalho local ou até fora do Município, com vistas à profissionalização e socialização destes jovens.

Nessa perspectiva, é necessário prever ainda, o desenvolvimento de atividades recreativas e esportivas para o exercício da participação e da cooperação mútua, estabelecendo condições para a integração e interrelação entre os beneficiários e seu entorno, em favorecimento à organização e fortalecimento da comunidade, do condomínio, da preservação do meio ambiente, do patrimônio e para o desenvolvimento socioeconômico do território, promovendo a integração da comunidade à macroárea.

5. EMPREENDIMENTO, LOCALIDADE E ENTORNO

5.1 Empreendimento

O empreendimento denominado Condomínio Residencial Vicenzo Rivetti I é composto por 176 unidades habitacionais, construídas em terreno com área total do lote 8.988,22m². Sua tipologia está definida por unidades habitacionais do tipo multifamiliar e unidades adaptadas, estas, destinadas às pessoas portadoras de necessidades especiais.

As edificações são distribuídas em 4 blocos, sendo 1 bloco com 56 unidades, em 07 pavimentos, com numeração 01, 1 bloco com 24 unidades, em 7 pavimentos, com numeração 02 e 2 blocos com 48 unidades, em 7 pavimentos, com numeração 03 e 04. Localizado próximo a entrada do condomínio há 03 unidades adaptadas no Bloco 01 (apartamentos 101, 102 e 103) e mais 02 unidades adaptadas no Bloco 02 (apartamentos 101 e 102), com rampas em suas áreas de acesso aos blocos e, também, na entrada principal, com grau de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Possui 88 vagas, das quais 05 são para pessoas com deficiência, identificadas como tal, através da fixação do símbolo universal de acessibilidade.

As unidades habitacionais do empreendimento seguem o mesmo padrão construtivo estabelecido, com sala, 02 quartos, banheiro, cozinha e área de serviço. Serão entregues com piso cerâmico em todas as dependências e, seus ocupantes usarão os espaços e equipamentos externos coletivos: 01 quadra, 01 playground e 01 centro comunitário.

O abastecimento de água é por rede oficial da Águas do Imperador, através de reservatório superior com capacidade de reserva de 227 mil litros. O Condomínio será atribuído com 1 macro medidor, além de hidrômetros individuais para as 176 unidades.

Com relação ao esgoto, foi construída uma Estação Elevatória de Esgoto Bombeado (EEEB), para atendimento as 176 unidades residenciais e, dos demais equipamentos de uso comum do condomínio, além das unidades dos Condomínios Vicenzo Rivetti II e III.

O Condomínio Vicenzo Rivetti I, na sua área interna, conta com serviço de iluminação pública e as de acesso e internas aos blocos. Nas laterais de cada bloco há um PC (Painel de controle), para instalação de medidores individuais de energia elétrica. Com relação ao gás, foi construído uma central de gás, próximo a guarita e nos fundos e laterais de cada bloco, quadro com a instalação dos medidores individualizados.

Possui um sistema de combate a incêndio, com 29 Caixas de Incêndio, sendo 01 por pavimento nos blocos e 01 para quadra, todas equipadas com 02 lances de mangueiras tipo 1, com 15m de comprimento; 04 hidrantes de recalque (um para cada bloco) e 01 hidrante urbano, tipo coluna, instalado no interior do agrupamento; 12 extintores sendo, 02 extintores PQS-6 kg, 08 extintores AP-10 litros, 02 extintores CO2-6kg e 01 extintor CO2-4kg.

- Blocos 01 ao 04 – 01 Extintor AP-10l no térreo;
- Guarita – 01 Extintor AP-10l;
- Deposito de Lixo – 01 Extintor AP-10l;
- Salão de Festas - 01 Extintor AP-10l e 01 CO2-6kg;
- Quadra - 01 Extintor AP-10l;

- Central de GLP – 02 PQS-6kg;
- CMI – 01 extintor CO2- 4 kg.

Para armazenamento dos resíduos sólidos foi construído 01 depósito de lixo (anexo à guarita), com porta e fechadura com capacidade de armazenamento de 16 containers (260L).

A entrada de pedestres e de veículos será por portões separados e, conta, ainda, com uma guarita de 8m².

Com relação ao paisagismo, todos os espaços que circundam os blocos e equipamentos estão sendo preparados com grama.

Os equipamentos de convivência estão instalados no empreendimento: 01 quadra em concreto com 128m² para recreação, com um conjunto de traves e alambrado; 01 centro comunitário com 61,60m², com área para festas, sala de zelador, dois banheiros e uma cozinha.

5.2 Localidade e entorno

Anteriormente um pequeno núcleo rural de Petrópolis, o bairro do Carangola e a localidade Vicenzo Rivetti sofreram mudanças no seu perfil, com o passar das décadas. Aonde havia pequenas lavouras, granjas e sítios, hoje são encontrados, com facilidade, loteamentos, alguns deles irregulares. A antiga característica rural do bairro praticamente não existe mais, porém, além das ocupações não autorizadas, existe uma comunidade com residências de ótimo padrão construtivo e casas de veraneio. O local foi escolhido como refúgio, tanto por petropolitanos de bom poder aquisitivo quanto por pessoas que buscam descanso na Serra, dentre vários motivos, por sua proximidade com o Centro de Petrópolis.

Dissonante da maioria dos empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida, nessa faixa de atendimento, o empreendimento Vicenzo Rivetti I está localizado a 10,7 quilômetros do Centro de Petrópolis, aproximadamente 20 minutos de carro ou 35 a 40 minutos de ônibus, transitando pelo principal corredor de acesso, formado pela Rua Hermogênio Silva e posteriormente, a Avenida Barão do Rio Branco. Com o passar dos anos o bairro Carangola tornou-se eminentemente residencial e sua população tem crescido em razão de empreendimentos imobiliários, ocupações irregulares e até mesmo devido a intervenções do poder público.

O empreendimento está localizado em um bairro ocupado predominantemente por famílias que compreendem as classes C+ e B, embora ao mesmo tempo esteja próximo (menos de um quilometro) à uma comunidade com certo grau de risco social, o Sertão do Carangola, localidade onde a Prefeitura constituiu uma rede de proteção social com diversos níveis, capaz de atender aos moradores, seja por meio do PSF, onde além do atendimento médico, ocorrem atividades diversas relacionadas às práticas de saúde, cuidados pessoais e atividades de ginástica, seja por meio do CRAS – Centro de Referência em Assistência Social, instalado na comunidade, com capacidade para atender aos futuros moradores do Vicenzo Rivetti. A localidade, que é atendida por transporte público regular, inclusive aos finais de semana, possui uma modesta rede de serviços e comércio, além de locais de expressão e manifestação religiosa.

Embora conte com rede de saneamento básico, ainda se encontra no Carangola pontos de despejo de esgoto *in natura*, em rios e córregos; a totalidade do bairro dispõe de energia elétrica, água e coleta de lixo domiciliar regular, estando situado em uma ZRBD (Zona Residencial de Baixa Densidade) que visa priorizar o uso residencial sobre os demais. É composto predominantemente por ruas pavimentadas, não possuindo fatores de alto risco ou insalubridade no uso e ocupação do solo, apresentando as seguintes características e infraestrutura de serviços urbanos:

Sistema de abastecimento de água: a concessionária Águas do Imperador é a empresa responsável pelo abastecimento de água no Município de Petrópolis. No empreendimento há rede de tubulação para o abastecimento regular no local.

Sistema de esgotamento sanitário: existe rede de esgotamento sanitário no loteamento, tendo como responsável a empresa Águas do Imperador.

Sistema de drenagem: A rede geral de drenagem deverá ser complementada para atendimento ao empreendimento.

Sistema de afastamento de detritos: o bairro possui atendimento de limpeza urbana regular e o serviço de coleta de lixo domiciliar ocorre em dias alternados: terças-feiras, quintas-feiras e sábados, não havendo sistema de coleta de lixo seletiva.

Sistema de energia elétrica e iluminação pública: a ENEL é a concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica no Município e o empreendimento dispõe de iluminação pública.

Identificação do Logradouro: 60 % dos domicílios situados na área selecionada estão em logradouros com identificação. Anteriormente o bairro era caracterizado como zona rural, que foi se transformando em urbana, com a implantação de loteamentos.

Iluminação Pública: 100% dos domicílios situados na área selecionada possuem energia elétrica e as vias são dotadas de iluminação pública.

Pavimentação: Todas as vias de acesso ao conjunto residencial são pavimentadas. Na rua Vincenzo Rivetti será executado o alargamento da via em seis metros, ao longo de toda a extensão da testada do empreendimento, a fim de melhorar o tráfego. Além disso, a Prefeitura abrirá uma nova via lateral, que garantirá acesso a todos os blocos, sendo que 90% dos domicílios situados na área selecionada estão em ruas pavimentadas.

Calçadas: 60% dos imóveis situados na área selecionada estão em áreas com calçadas.

Meio Fio: 80% dos domicílios situados na área selecionada estão em áreas com meio-fio.

Bueiro: 80% dos domicílios situados na área selecionada estão em áreas com bueiros.

Rampa para Cadeirante: 0% dos domicílios situados na área selecionada está em áreas com rampa para cadeirante.

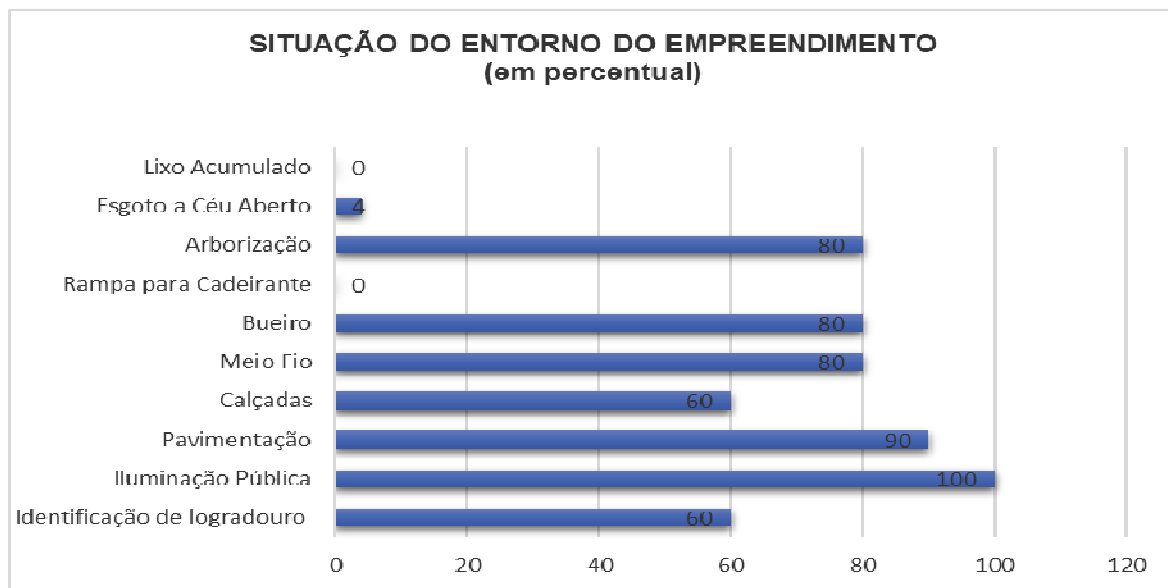
Arborização: 80% dos domicílios situados na área selecionada estão em áreas arborizadas.

Esgoto a Céu Aberto: 4% dos domicílios situados na área selecionada estão em área com esgoto a céu aberto.

Lixo acumulado: não existem no entorno do empreendimento pontos de despejo irregular de lixo, áreas utilizadas como "lixão", aterros e/ou lagoas de tratamento, bem como fatores de risco que possam vir a causar riscos ou danos aos futuros moradores: 0% dos domicílios situados na área selecionada está em área com lixo acumulado.

Em conjunto com a equipe técnica de urbanismo da Secretaria de Obras, Habitação e Regularização Fundiária foram apuradas algumas características urbanísticas do entorno dos loteamentos e foi quantificado o percentual dos domicílios, conforme o Gráfico 10 a seguir:

Gráfico 10 – Infraestrutura do Entorno do Empreendimento



6. EQUIPAMENTOS, PROJETOS, PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS



O município de Petrópolis possui uma série de programas e políticas públicas em diversas áreas, especialmente destinadas às populações em estado de maior vulnerabilidade social, além de realizar um trabalho frequente de divulgação e chamamento para ações prioritárias, seja pela Imprensa, seja pelos canais de divulgação próprios da Prefeitura local. Todas as políticas criadas pelo governo federal, de atendimento prioritário às populações em faixa de risco social ou às minorias, estão implantadas e funcionando regularmente em Petrópolis, com atendimento ao público-alvo em diversas unidades das secretarias relacionadas.

As Secretarias de Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Meio Ambiente, assim como as empresas de economia mista Comdep (Companhia de Desenvolvimento de Petrópolis) e CPTTrans (Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes) promovem, estimulam ou apoiam uma série de ações, relacionados à preservação ambiental, aos atendimentos da rede de inclusão e proteção social da população realizados diretamente por órgãos como as unidades escolares, os CRAS, PSFs, Conselho Tutelar, Conselhos Municipais. Além disso, a Prefeitura realiza, com frequência, eventos esportivos que fazem parte de um calendário anual consolidado há mais de duas décadas.

De acordo com a Prefeitura de Petrópolis, todos os programas que estão relacionados ao atendimento prioritário de pessoas em estado de vulnerabilidade social serão levados aos moradores do empreendimento Vincenzo Rivetti I. As secretarias que realizam esses atendimentos, como Assistência Social, Saúde, Educação, Esporte e Lazer, Cultura e outras, promovem encontros frequentes com a Associação dos Desabrigados de Petrópolis, para o acompanhamento, monitoramento e apoio às famílias, coordenado pela secretaria de Assistência Social.

Além dos atendimentos que fazem parte das políticas federais, baseadas no SUS, SUAS e sistemas semelhantes, como o Serviço de Atenção Domiciliar – Melhor em Casa, do Ministério da Saúde, destacam-se, por iniciativa da Prefeitura local, ações como:

- Geração de micro-crédito empreendedor – concessão de empréstimos de R\$ 500,00 a R\$ 2.500,00 para empreendedores individuais;
- Balcão de Emprego Municipal – cadastramento de currículo e consulta às vagas disponibilizadas pela iniciativa privada;

- Programa Municipal de Pacificação Restaurativa – promove a justiça restaurativa, mediação comunitária e a mediação escolar;
- Gabinete da Cidadania – articula e implementa políticas públicas voltadas à promoção da cidadania e a garantia dos direitos humanos com o objetivo de aprimorar a articulação e a gestão das políticas de direitos humanos e participação social. O Gabinete da Cidadania considera a ocupação do espaço público pela cidadania, fundamental para o fortalecimento do sentimento de pertencimento à cidade;
- Casa dos Conselhos Augusto Ângelo Zanatta – facilita o acesso da população aos diversos Conselhos Municipais, seus debates, deliberações e demais atuações, fortalecendo a atuação e a articulação dos mesmos;
- Hora do Lixo – divulgação periódica realizada pela Comdep, quanto aos horários de coleta em todos os bairros de Petrópolis; trabalho de educação e conscientização para que a população não despeje lixo em encostas e locais impróprios;
- Petrópolis sem Lixo – trabalho de educação, conscientização e coleta de entulho em residências;
- Energia Sustentável – projeto voltado à troca de produtos recicláveis por descontos na conta de luz;
- Ação Social – projeto que vai às comunidades carentes levando uma série de iniciativas das diversas secretarias municipais, com atividades culturais, esportivas, atendimentos em saúde, assistência social, dicas de saúde, nutrição, cuidados pessoais e de beleza;
- Programa Criança Feliz – visa estimular o desenvolvimento integral de crianças em situação de risco ou vulnerabilidade social, na primeira infância, com 320 famílias cadastradas que recebem visitas de técnicos da Assistência Social. Voltado a crianças de famílias cadastradas no programa Bolsa Família. São realizadas atividades que estimulam a memória, a fala, as habilidades de coordenação e o aprendizado das crianças;
- Cartão Imperial – concessão de benefício continuado no valor de R\$ 70,00 a famílias que comprovarem situação de vulnerabilidade social, de insegurança alimentar e/ou nutricional. Atualmente são 5.410 famílias beneficiadas, cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do governo federal;
- Casa da Educação Visconde de Mauá – pólo de atendimento para alunos da rede municipal, com oferta de cursos e oficinas gratuitas no contraturno escolar. São ofertados 19 cursos, sendo 11 exclusivamente para alunos da rede municipal e oito por meio de parcerias, para o público em geral;
- Agita Petrópolis – programa de prática desportiva que atende a 14 bairros do Município, dentre eles o Carangola, com aulas em diversas modalidades.

Na área mais próxima do entorno verifica-se a existência de uma rede de comércio pequena, porém diversificada e demais serviços como mini-mercados, padaria, entre outros. Sobre os equipamentos comunitários e serviços existentes, uma quantidade considerável atende aos moradores da região em raio menor a quatro quilômetros.

Apesar de a rede de comércio e serviços do Carangola ser considerada tímida, em relação a possíveis necessidades, há nos bairros próximos equipamentos na área de segurança, além de cultura, esporte e lazer e serviços capazes de suprir a demanda, sem que seja necessário os moradores se deslocarem até o Centro de Petrópolis, inclusive com grandes supermercados, Unidade de Pronto Atendimento, DPO, estádio de futebol e vários outros. A Prefeitura está iniciando a pavimentação de

uma via com menos de dois quilômetros, que ligará o empreendimento Vicenzo Rivetti à localidade do Caetitu, em Corrêas, onde será construída escola para atendimento dos moradores. Também em Corrêas existe vasta oferta de serviços, inclusive atendimento de saúde pública considerado de excelência, no Hospital Alcides Carneiro, além de escolas de Ensino Médio, de rede de comércio e serviços, bem como equipamentos culturais e desportivos.

No sentido oposto à Corrêas, em distâncias que vão de cinco a 10 quilômetros do empreendimento, os moradores do Vicenzo Rivetti I poderão encontrar outras opções, seja de atendimento médico, odontológico, comércio e serviços, escolas, praças de esportes e atividades culturais, nos bairros Estrada da Saudade (a 5 quilômetros), Samambaia (7,5 quilômetros), Cascatinha (6 quilômetros) e Itamaraty (9,5 quilômetros), dentre eles a Escola Municipal Fábrica do Saber, na Estrada Machado Fagundes (antiga Estrada da Saudade), que possui um centro cultural e esportivo que atende tanto aos alunos quanto à comunidade, com atividades esportivas gratuitas de ginástica localizada, natação, hidroginástica, ginástica para idosos, treinos de futsal e handebol para os alunos, futsal para adultos e ginástica olímpica.



Centro Cultural e Esportivo (Escola Fábrica do Saber): atividades para alunos e a comunidade

Petrópolis dispõe de uma rede pública municipal de ensino com unidades, entre CEIs – Centros de Ensino Infantil (51 unidades), escolas de ensino fundamental e uma escola de ensino médio coordenada pela Prefeitura. As demais unidades de ensino médio disponíveis na rede pública são responsabilidade do Estado.

As unidades de ensino mais próximas do Empreendimento, são:

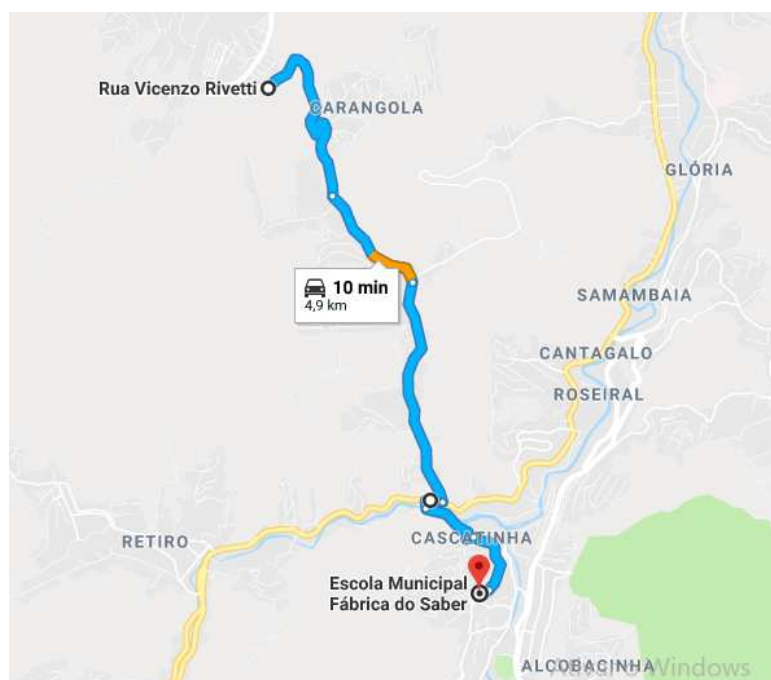
- Escola Municipal São Geraldo – Rua Divino Espírito Santo, 740 – Carangola – Capacidade: 427 alunos – 0,5 km de distância do empreendimento; atende ao 4º ao 5º ano da educação infantil – 02 vagas disponíveis – do 1º ao 5º ano – 23 vagas disponíveis e do 6º até o 9º – 07 vagas disponíveis;
- Liceu Carlos Chagas – Avenida Barão do Rio Branco, Retiro, localizado a 6,8 quilômetros do

empreendimento. Turno da noite – EJA – 6º ao 9º ano – 10 vagas disponíveis;

- CEI Lulu Monteiro de Castro – Rua da Creche, 01, Vale do Carangola – aproximadamente 0,8 km do empreendimento (02 vagas disponíveis);
- CEI Casa da Paz – Estrada do Carangola, s/nº, Vale do Carangola – aproximadamente 2,8 km de distância do empreendimento (10 vagas disponíveis);
- CEI Carangola – Estrada do Carangola, 933 – Vale do Carangola – aproximadamente 2,9 km de distância – (02 vagas disponíveis);
- Escola Municipal Lucia de Almeida Braga – Rua Waldemar Vieira Afonso, 07 – Vale do Carangola – 0,4 km do empreendimento – 4º ao 5º ano da educação infantil - 1º ao 5º ano – 02 vagas disponíveis;
- Escola Municipal Dom Manoel Pedro da Cunha Cintra – Rua Dr. Jacob Bordignon, s/nº, Carangola – 2,7 km do empreendimento – atende do 4º ao 5º ano da educação infantil (sem vagas) – 1º ao 5º ano – 18 vagas disponíveis e do 6º ao 9º ano – 10 vagas disponíveis;

A demanda prevista referente à pré-escola e do 1º ao 9º ano não é atendida plenamente pelas vagas disponíveis pela escola no bairro. Os alunos permanecerão nas suas respectivas escolas, posto que ainda não ocorreu a mudança das famílias beneficiárias para o empreendimento. Posteriormente a obra entregue, as crianças serão remanejadas a fim de priorizar o deslocamento para a escola mais próxima de sua residência. Será disponibilizado um atendimento específico e prioritário por parte da Secretaria Municipal de Educação visando garantir o processo de transferência destes alunos, sendo incumbência da equipe do TTS o acompanhamento deste processo. Segue abaixo relação com algumas das escolas que poderão ser utilizadas para remanejamento de alunos visando garantir o pleno atendimento às famílias.

- Escola Municipal Antônio Leite Garcia – Estrada Samambaia, 44, Samambaia – 8,4 km de distância do empreendimento;
- Escola Municipalizada Almirante Tamandaré – R. Dr. Hermogênio Silva, Petrópolis – 4,3 Km de distância do empreendimento;
- Escola Municipal Fábrica do Saber – Estrada Machado Fagundes, 269 (Estrada da Saudade) – 4,9 km de distância do empreendimento.



Encontra-se próximo ao Empreendimento uma unidade do CRAS – Vale do Carangola, que fica localizado na Rua Valdemar Vieira Afonso, nº 19, com a distância de aproximadamente 1,17 quilômetros do empreendimento, com capacidade para até cinco mil famílias referenciadas.

Quanto aos equipamentos de saúde no entorno do Empreendimento, foram identificados alguns PSF e um hospital, conforme relacionamos abaixo:

- PSF Vale do Carangola – Estrada do Sertão do Carangola, s/nº – 1,17 km de distância do empreendimento, com capacidade de atendimento para até mil famílias;
- PSF do Carangola – Estrada do Carangola, 860, Carangola – 3 km de distância do empreendimento, com capacidade de atendimento de até mil famílias;
- PSF Jardim Salvador – Rua Juiz Castro e Silva, 33, Bairro Jardim Salvador, a 5,4 km de distância do empreendimento, com capacidade para até mil famílias;
- PSF Nova Cascatinha – Rua Hívio Naliato, 869 – Samambaia – 6,6 km de distância do empreendimento, com capacidade para atender até mil famílias;
- Hospital Municipal Alcides Carneiro – Rua Vigário Corrêa, 1345 – 6,2 km de distância do empreendimento;

Quanto ao sistema de transporte, o empreendimento é atendido por duas linhas de ônibus intramunicipais: 506, Vicenzo Rivetti e 519, Vale do Carangola. A linha Vicenzo Rivetti possui horários com intervalos de 20 minutos, do bairro ao Centro de Petrópolis, e vice-versa, das 5 horas até às 23 horas. Já a linha 519 tem horários com intervalos de 30 minutos, a partir das 5h30, até às 23h30. Ao todo são quatro ônibus disponíveis por dia. Aos domingos os horários são reduzidos.

De acordo com a Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes – CPTrans, está sendo feito um estudo com relação ao aumento da demanda. A companhia informou que há disponibilidade da empresa permissionária para atender a possíveis acréscimos no número de passageiros.

Quanto à presença de entidades sociais atuantes no entorno do empreendimento, é percebida a fragilidade e sua pouca representatividade, seja por eventual desinteresse da maioria dos residentes, ou mesmo por limitação na capacidade de mobilização. O Vale do Carangola onde se localiza o empreendimento possui duas associações de moradores, a Associação de Moradores do Vale do Carangola, com sede à rua Waldemar Vieira Afonso, Servidão da Conquista, nº 32 e a Associação de Moradores do Vicenzo Rivetti, na rua Vicenzo Rivetti, nº 472, Carangola. A localidade conta também com organizações religiosas, como a Comunidade Católica Jesus Menino, a Igreja de Nova Vida do Engenho Novo e a Igreja do Evangelho Quadrangular Cruzada.

Com relação à segurança pública, Petrópolis é apontada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), como a cidade mais segura do Estado do Rio de Janeiro e a 28ª do Brasil, dentre aquelas com mais de 100 mil habitantes. Os dados publicados no Atlas da Violência são referentes às estatísticas de 2016, divulgadas em junho de 2018. A base de dados são os números do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, levando em consideração a ocorrência de homicídios por 100 mil habitantes. Em 2016, Petrópolis registrou 10 homicídios por cada 100 mil habitantes. O levantamento mostra que apesar de aumento nos índices de criminalidade, o Município se manteve abaixo das médias registradas no Estado e do País.

As forças de segurança pública, no município de Petrópolis contam com uma delegacia de Polícia Federal, duas delegacias de Polícia Civil, um batalhão de Polícia Militar, dois quartéis do Corpo de Bombeiros, quatro postos da Polícia Rodoviária Federal e uma Guarda Civil Municipal, força auxiliar responsável pela proteção do patrimônio público municipal, pela ronda escolar e pelo ordenamento do trânsito, que realiza operações em conjunto com a Polícia Militar. Por motivos estratégicos, as forças

policiais não divulgam dados exatos, porém a PM afirma que conta com um efetivo entre 500 e 700 homens, enquanto as delegacias de Polícia Civil somam aproximadamente 150 policiais.

Segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), do governo do Estado do Rio de Janeiro, houve aumento no número de incidências criminais, no município de Petrópolis, entre os anos de 2016 e 2017. Contudo, o crescimento foi inferior às médias registradas na maioria dos municípios fluminenses com mais de 100 mil habitantes, o que mantém Petrópolis em condição de certa forma privilegiada no que diz respeito à segurança pública. Mesmo assim, o governo municipal anunciou, em junho desse ano, a instalação de 46 câmeras de monitoramento e a criação de um Centro Integrado de Operações, em cooperação com as forças das polícias Civil e Militar. Em contrapartida, a operação policial também se tornou mais efetiva, com o aumento no número de apreensões de drogas e no cumprimento de autos de prisão em flagrante, com aumento de 39% em relação a 2016. Já o cumprimento de mandados de prisão cresceu 41% em 2017, totalizando 549 prisões.

Tabela 20 – Estatística de ocorrências criminais – Petrópolis

Ocorrência	2016	2017	Variação
Estupro	93	139	49,46%
Lesão corporal dolosa	1.384	1.447	4,55%
Ameaça	1.316	1.462	11%
Estelionato	434	376	- 13,36%
Homicídios (letalidade violenta)	23	29	13%
Homicídio culposo no trânsito	26	41	57,69%
Roubo	319	388	21,63%
Assalto a estab. comercial	46	33	- 39%
Roubo em coletivo	16	13	18,75%
Roubo à residência	13	13	- o -
Furtos	2.073	1.990	- 4%
Furtos de veículos	222	197	- 11%
Apreensão de drogas	613	676	10%

Fonte – Instituto de Segurança Pública do RJ

Tabela 21 – Atuação das forças de segurança pública

Ocorrência	2016	2017	Variação
Autos de prisão em flagrante	1.028	1.439	39%
Cumprimento de mandados	389	549	41%

Fonte – Instituto de Segurança Pública do RJ

O bairro do Carangola possui um dos menores índices de ocorrências policiais de Petrópolis. É tipificado como um bairro eminentemente residencial, embora abrigue também uma das maiores indústrias do Brasil, a Alfa Laval Aalborg Brasil, fabricante de caldeiras com alta tecnologia, além da sede de um grande grupo do setor logístico, com empresas de transportes de passageiros e de cargas.

Localizado em área com pouca densidade demográfica, o empreendimento está relativamente próximo de outro, realizado pela Prefeitura, entre o final da década de 1980 e início da década de 1990, no local conhecido como Sertão do Carangola, ou Vale do Carangola, com situação de vulnerabilidade social considerada mediana. As ocorrências policiais mais comuns, segundo registros encontrados na 105ª Delegacia de Polícia, são de pequenos furtos a residências, posse e tráfico de drogas – ocorrência comum nas regiões de vulnerabilidade social e agressões – inclusive a mulheres. Já foram registrados assassinatos relacionados ao tráfico de drogas.

Não existem estatísticas oficiais quanto aos crimes na região periférica ao empreendimento, porém pelas ocorrências policiais encontradas, a incidência é inferior a aglomerados semelhantes em outros pontos do Estado. Considerando o número de moradores, a localidade segue a tendência de baixa criminalidade no município de Petrópolis. Segundo a Polícia Militar, existem rondas frequentes, eventualmente com apreensões de drogas.

7. JUSTIFICATIVA

Diante das freqüentes calamidades que atingem Petrópolis e especialmente daquela ocorrida em 2011, é preciso considerar que enfrentar as causas dos desastres demanda uma práxis intersetorial, intercultural e integrada, nas diferentes esferas de governo. A participação da sociedade civil – organizada ou não em entidades, é fundamental para que haja o entendimento entre setores público e privado, cujo objetivo seja criar um modelo de desenvolvimento econômico com benefícios coletivos que promovam o bem viver de toda a população.

O Projeto de Trabalho Social a ser desenvolvido com as famílias beneficiárias do PMCMV, visa promover o acesso à moradia digna com padrões que garantam sua sustentabilidade, segurança e habitabilidade, com redução do déficit habitacional no município e, ainda, a partir de uma política pública de acesso à benefícios sociais, à infraestrutura (água, luz, gás, saneamento, segurança pública), equipamentos públicos, custo acessível e possibilidade de acessibilidade ao trabalho, dentre outros, promover melhorias na qualidade de vida dessa população.

8. OBJETIVOS

No contexto dos cenários pós-desastre, devemos assegurar que todas as pessoas afetadas tenham o direito de moradia adequada garantido, independentemente do seu *status* antes do desastre ocorrer, e sem discriminação de qualquer tipo.

Os objetivos estão de acordo com as diretrizes do Ministério das Cidades.

8.1 Objetivo Geral

Proporcionar a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários do Projeto, desenvolvendo ações de apoio e fortalecimento à participação efetiva das famílias na implementação do Projeto Técnico Social, através de contratação de consultoria especializada visando assegurar a realização de todas as atividades previstas e consequente utilização dos recursos financeiros destinados ao Trabalho Social.

8.2 Objetivos Específicos

- Disseminar informações detalhadas sobre o Programa **MCMV**, o papel de cada agente envolvido e os direitos e deveres dos beneficiários, estimulando o desenvolvimento da cidadania e dos laços sociais e comunitários;
- Fomentar e oportunizar processos de liderança, organização e mobilização comunitária, visando a autonomia na gestão e a importância da participação democrática e crítica das famílias nos processos de planejamento e tomadas de decisão, acerca das questões coletivas do território e do condomínio;
- Estimular o desenvolvimento da consciência de coletividade e dos laços sociais e comunitários, por meio de atividades que promovam o sentimento de pertencimento da população ao empreendimento, permanência no imóvel e ainda, que sejam mitigadoras de possíveis conflitos interpessoais e fortaleçam vínculos de vizinhança;
- Promover espaços de esclarecimento sobre o processo de aquisição do imóvel e transferir subsídios para a tomada de decisão em relação à adesão ou não ao Programa, ao novo regime de moradia, direitos e deveres contratuais e condominiais, entre outros aspectos;
- Desenvolver e aperfeiçoar planos operativos específicos, documentos e manuais que normatizem, padronizem e orientem ações de prevenção e resposta junto a populações afetadas pelo risco de desastres e os grupos mais vulneráveis;
- Promover campanhas educativas de segurança infantil no imóvel e no empreendimento;
- Produzir estudos, levantamentos e diagnósticos para melhor compreensão da dinâmica local, potencialidades e obstáculos, a fim de subsidiar ações do Trabalho Social e propostas para o Plano de Desenvolvimento Local;
- Articular ações conjuntas com as políticas públicas que colaborem na inserção das famílias no território garantindo e preservando seus direitos assim como no desenvolvimento socioeconômico da região;
- Mapear/identificar, articular e estabelecer parcerias com ações e políticas das diversas áreas e instâncias governamentais e não governamentais a fim de inserir e assegurar às famílias nos serviços e atendimentos prestados;
- Criar mecanismos efetivos de comunicação, sensibilização e mobilização para participação social e adesão às ações do Trabalho Social;
- Colaborar na adaptação dos moradores ao local e a um novo regime de moradia, o condominial;

- Compatibilizar as atividades do Trabalho Social com as da Gestão Condominial e Patrimonial, fornecendo o apoio à sua implantação, contribuindo para a preparação dos beneficiários para acompanhamento das questões condominiais e gestão do condomínio de forma democrática e autônoma considerando os aspectos legais, organizacionais e operacionais;
- Fomentar a responsabilidade socioambiental;
- Promover a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação, manutenção e acompanhamento dos bens e serviços previstos na intervenção, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local e estimular a plena apropriação pelas famílias beneficiárias;
- Incentivar a formação e ou consolidação de empreendimentos sociais tais como: fábrica social, cooperativismo e associativismo;
- Incentivar as famílias a desenvolverem hábitos de vida saudáveis, de bem-estar, e saúde preventiva;
- Promover espaços de debate e estimular o reaproveitamento de materiais e o uso racional de recursos naturais;
- Articular as políticas de habitação e saneamento básico com as políticas públicas de educação, saúde, desenvolvimento urbano, assistência social, trabalho, meio ambiente, recursos hídricos, educação ambiental, segurança alimentar, segurança pública, entre outras, promovendo, por meio da intersectorialidade, a efetivação dos direitos e o desenvolvimento local;
- Planejar o fomento a processos de inclusão produtiva coerentes com o potencial econômico e as características culturais da região, promovendo capacitação profissional e estímulo à inserção no ensino formal, especialmente de mulheres chefes de família, em situação de pobreza extrema, visando à redução do analfabetismo, o estímulo a sua autonomia e à geração de renda;
- Apoiar processos socioeducativos que englobem informações sobre os bens, equipamentos e serviços implantados, estimulando a utilização adequada destes, assim como atitudes saudáveis em relação ao meio ambiente e à vida, contribuindo para a sustentabilidade da intervenção, a ser alcançada por meio da permanência das famílias no empreendimento, da adequada utilização dos equipamentos implantados, da garantia de acesso aos serviços básicos, da conservação e manutenção da intervenção física;
- Fomentar o diálogo entre os beneficiários e o poder público local, com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento da intervenção e o direcionamento aos demais programas e políticas públicas, visando ao atendimento das necessidades e potencialidades dos beneficiários;
- Articular a participação dos beneficiários com movimentos sociais, redes, associações, conselhos mais amplos do que os das áreas de intervenção, buscando a sua inserção em iniciativas mais abrangentes de democratização e de participação, fomentando a constituição de organizações representativas dos beneficiários e fortalecer as já existentes.

9. METODOLOGIA

A construção teórico-metodológica deste projeto social está fundamentada em um conjunto de processos e estratégias de informação, mobilização, organização e participação da população, articulando a um conjunto de metas e ações que promovam tanto resultados e ganhos de inclusão via acesso a serviços básicos fundamentais, como também, o desenvolvimento de capacidades dos sujeitos.

A proposta metodológica será realizada por uma equipe de profissionais multidisciplinares integrados. O Projeto de Trabalho Social será acompanhado por uma Assistente Social que coordenará a equipe social responsável pela execução do Trabalho Social.

A metodologia a ser utilizada no desenvolvimento do Trabalho Social compreende a realização do Projeto Técnico Social – PTS num período de 3 meses, até a ocupação das famílias. No pós-ocupação será executado o PDST por um período de 12 meses.

Para alcançar os objetivos descritos neste Projeto de Trabalho Social, devemos considerar o desenvolvimento de metodologias específicas em atenção às Portarias do Ministério das Cidades, bem como as particularidades do município de Petrópolis e da população atendida. Para tanto, é preciso considerar a realidade do momento e suas múltiplas implicações econômicas, sociais, políticas, culturais, dentre outras.

Nesse sentido, metodologicamente, as atividades do Trabalho Social serão desenvolvidas considerando as particularidades da população beneficiária, bem como suas necessidades e demandas no território, por meio da participação da comunidade, da interlocução com o poder público e a abrangência das políticas públicas, promovendo soluções coletivas. Serão usados como instrumentos de sistematização e registro relatórios descritivos, analíticos e iconográficos (fotos, ilustrações e imagens em geral) das atividades e do processo de desenvolvimento do Trabalho Social. Poderão ser demandados, circunstanciais, de comunicação do andamento e/ou resultados de pesquisas, entre outras finalidades.

A presente proposta de Trabalho Social deve primar pela ampliação dos espaços de participação coletiva, a fim de favorecer o desenvolvimento do potencial comunitário, ou seja, sua inserção autônoma e consciente aos espaços da cidade, reforçando os laços já existentes, descobrindo e revelando novos.

Por meio da participação comunitária, se estabelece um campo propício para a consolidação de uma cultura de exercício da cidadania, onde as pessoas ao reconhecerem seus direitos e deveres, passam também a reivindicá-los e de fato exercitá-los. A preocupação deste trabalho é oferecer à população um canal aberto para discussões e reflexões, a partir das experiências cotidianas vivenciadas por eles, levando-os à construção de novos referenciais de convivência e a incorporação de novos conceitos e comportamentos.

Importante ressaltar que o Trabalho Técnico Social junto à população beneficiária do Programa **Minha Casa, Minha Vida** e aqui proposto, será realizado de acordo com as orientações da Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014 (Ministério das Cidades).

Para cada atividade proposta foram estabelecidos metas e produtos, de acordo com sua natureza e finalidade. Para definição das metas serão aplicadas propriedades utilizadas para determinação dos indicadores: clareza, pertinência, tangência (realismo da possibilidade de alcance) e nos casos das metas físicas, a mensurabilidade. Os produtos foram fixados considerando formas de apresentar os resultados obtidos por meio de documentos.

No relatório de andamento das ações do Trabalho Social, além das descrições, avaliações e

análises, deverá constar o material didático utilizado, planilhas, resumos das atividades, atas, listas de presença, prestação de contas e outros itens que comprovem ou ilustrem o trabalho desenvolvido. A avaliação será aplicada sistematicamente, especialmente após as atividades. Seus resultados serão expressos nos relatórios.

Será fundamental também durante a execução do PTS, que a equipe técnica de Trabalho Social realize articulações com instituições públicas e privadas que possibilitem suporte e acompanhamento às ações e demandas identificadas nas unidades habitacionais e no espaço coletivo do empreendimento. E de forma paralela e processual socialize com as lideranças/membros da Comissão Gestora os procedimentos necessários para a interlocução adequada junto às instituições prestadoras de serviços de água, luz, esgoto e órgãos governamentais, além de outras parcerias importantes a serem implementadas para o adequado atendimento aos novos moradores e a funcionalidade do Condomínio.

Esse processo deverá ser intensificado durante a execução do PDST e resultará de forma positiva na participação e organização coletiva e conseqüentemente na sustentabilidade do empreendimento, após a finalização das ações do Trabalho Social.

Em relação às orientações para o processo de mudança, as mesmas contemplarão os períodos destinados para esta ação, separados por bloco; dicas de organização de pertences para mudança; e sugestões de planejamento de gastos e ações, visando à execução adequada neste processo.

Deverá ser ressaltado que todas as despesas com a mudança serão arcadas pelos beneficiários e que a equipe técnica de Trabalho Social se responsabilizará pela organização e acompanhamento de todo processo de mudança.

Conforme ressaltado anteriormente, as ações previstas no presente documento serão realizadas de forma participativa, considerando as demandas dos beneficiários e a agilidade nos encaminhamentos para adequado atendimento às questões apresentadas. A participação e integração entre as instâncias envolvidas na realização do Trabalho Social ocorrerão de forma transversal em cada atividade prevista, contemplando os princípios do protagonismo, empoderamento e da sustentabilidade do investimento público, através do fortalecimento da gestão compartilhada.

9.1. Etapas do Projeto Técnico Social

9.1.1 Etapa preliminar para a execução do projeto

9.1.1.1 Estabelecimento da Equipe Técnica Social

A equipe técnica social do projeto será composta pelos seguintes profissionais: Coordenador de nível superior, Assistente Social e Agente Social de nível médio. No quadro a seguir descrevemos a formação e carga horária de cada profissional.

Cargo	Formação Acadêmica	Atribuição na Equipe	Carga Horária
Coordenador	Graduação em nível superior, com registro no órgão de classe	Coordenador da equipe técnica de trabalho social	40 horas semanais
Técnico Social	Graduação em Serviço Social, Psicologia ou Pedagogia, com registro no órgão de classe	Técnico Social	20 horas semanais
Agente Social	Nível Médio	Apoio às ações do TTS	40 horas semanais

As atribuições da equipe técnica, descrevemos a seguir para um melhor esclarecimento do papel de cada profissional na execução do Projeto Social.

Coordenador : Responsável geral por todas as ações desenvolvidas, principalmente no que se refere à gestão metodológica do projeto, providenciando os ajustes necessários a sua execução de acordo com os objetivos e metas propostos. Colaborar com a elaboração de relatórios técnicos mensais

de resultados de progresso das ações de planejamento e avaliação. Representar a equipe em reuniões de supervisão com as instituições envolvidas nas ações do Projeto Técnico. Manter a equipe integrada e capaz de exercer em plenitude suas funções, realizando atividades de capacitação continuada. Acompanhar, orientar e supervisionar as atividades da equipe na execução das atividades.

Técnico Social (Assistente Social/Psicólogo/Pedagogo): Promover uma análise crítica do projeto, ajudando na construção de uma identidade social e individual dentro do processo de alocação dos moradores nos empreendimentos; auxiliar aos moradores a se tornarem protagonistas, de forma a estimular ações baseadas na autonomia; elaborar os relatórios mensais e relatório geral a ser entregue no final do Projeto, sintetizando o desenvolvimento dos resultados e produtos alcançados; providenciar documentos referentes a atividades do Trabalho Social, tais como cadastros, relatórios, avaliações, cronogramas e registro das ações;

Também cabe a esse profissional realizar atendimentos sociais ao público beneficiário, promover e participar das ações de mobilização e divulgação das atividades previstas no PTS, fazer o acompanhamento social de suporte às obras; acompanhar o processo de mudança e adaptação dos moradores, promover ações de cunho educacional objetivando a sustentabilidade do empreendimento, atuar na interlocução direta com os moradores, por meio de visitas e do contato com os representantes dos moradores e do condomínio.

Agente Social (Ensino Médio): Apoio a todas as ações do PTS como reuniões, assembleias, palestras, oficinas e Plantão Social. Cabe também ao profissional, atuar na divulgação e disseminação das informações referentes ao Trabalho Técnico Social, registrar as demandas recebidas através do trabalho de campo e repassá-las à equipe técnica para encaminhamentos e colaborar na identificação das lideranças comunitárias, responsáveis por cada bloco do condomínio.

9.1.2. Ações/atividades do PTS

9.1.2.1 Etapa pré-contratual/pré-morar

As ações previstas nessa etapa de trabalho deverão ocorrer antes da assinatura do contrato do imóvel entre a Caixa Econômica Federal e os beneficiários, com o objetivo de garantir o acesso à informação detalhada sobre o programa **Minha Casa, Minha Vida**, o processo de contratação e de ocupação do empreendimento habitacional.

Nessa Etapa, o Trabalho Social abrangerá os seguintes aspectos em sua atuação:

- Esclarecimentos e divulgação de informações sobre o Programa **MCMV**, sobre a seleção dos beneficiários, sobre o processo de sorteio das unidades e contratação;
- Organização comunitária;
- Ocupação do empreendimento;
- Implantação de parcerias com os órgãos governamentais e não governamentais para encaminhamento; e respostas às demandas identificadas na etapa pré-contratual;
- Articulação com as políticas públicas locais, monitorando o acesso aos serviços de educação, saúde, assistência social e às tarifas sociais;
- Divulgação de informes sobre a preparação para a contratação (esclarecimentos sobre as condições contratuais; procedimentos a serem adotados no caso de alterações dos imóveis; procedimentos necessários para ocupação dos imóveis);
- Orientação dos beneficiários para preparação da ocupação da moradia;
- Informações e acompanhamento do acesso dos beneficiários às tarifas sociais e acompanhamento sobre oferta e localização de serviços públicos essenciais (educação, saúde,

lazer, segurança pública e assistência social));

- Noções básicas sobre organização e planejamento do orçamento familiar, racionalização dos gastos com moradia e especificidades relacionadas ao novo morar;
- Orientações sobre os processos de transferência escolar, esclarecendo como será o atendimento específico e prioritário por parte da Secretaria Municipal de Educação visando facilitar o processo de transferência destes alunos;
- Orientações sobre o processo de mudança de endereço no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal - CADÚNICO e do Programa Bolsa Família;
- Apresentação da proposta do PDST para avaliação dos beneficiários;
- Consolidação do PDST;
- Apresentação do PDST à Caixa.

Atividades da Etapa pré-contratual

As atividades desta fase se iniciam com levantamento de dados, através de pesquisa censitária, para elaboração do diagnóstico das famílias beneficiadas e também em relação aos procedimentos preparatórios para as reuniões de esclarecimentos e terminam no ato da assinatura do contrato de aquisição do imóvel, quando é formalizada a adesão ao Programa no regime condominial de moradia. A importância deste momento é oferecer o máximo de informações para subsidiar esta decisão, com orientação quanto aos procedimentos até a ocupação do imóvel e início do processo de integração entre os futuros moradores.

Descrevemos nas Fichas de 01 a 07 o detalhamento das atividades, com os Itens: produto, atividade, mês de execução, finalidade, público alvo, carga horária, metodologia, recursos/equipamentos previstos e meta.

Ficha de atividade 1

PRODUTO: Informações Gerais do Programa Minha Casa Minha Vida.
ATIVIDADE: Pesquisa censitária para elaboração de diagnóstico.
EXECUÇÃO: Meses 1 e 2.
FINALIDADE: Elaborar, em conjunto com a Equipe Social da Prefeitura, metodologia de pesquisa para caracterização do perfil das famílias beneficiadas dos Condomínios Vicenzo Rivetti I, considerando a coleta e análise quantitativa e qualitativa dos dados apurados, a serem organizados em relatório descritivo de todas as ações desenvolvidas.
PÚBLICO ALVO: Moradores do Condomínio Vicenzo Rivetti I.
CARGA HORÁRIA: 120 h.
METODOLOGIA: Prever contratação de prestação de serviço técnico social, composto por profissionais com experiência em elaboração de metodologia e execução de pesquisa de caracterização do perfil das famílias na coleta de dados em relação às características sociais, econômicas, culturais, associativas, tendências vocacionais, dentre outras variáveis das 176 (cento e setenta e seis) famílias beneficiárias do Condomínio Vicenzo Rivetti I. Caberá a empresa contratada elaborar o questionário e demais instrumentais necessários a execução da pesquisa, a ser aprovado pela assim como o treinamento dos pesquisadores, definindo previamente junto a equipe técnica do Proponente a metodologia e estratégias de comunicação com os beneficiários para agendamentos junto aos moradores em situações de incompatibilidade de data e horário da entrevista. Todas as etapas do processo deverão ser apresentadas e aprovadas pela Prefeitura. A pesquisa deverá ser censitária, para a realização das entrevistas os respondentes precisam ser os proprietários e/ou co-proprietários do imóvel. Ao final deverão ser descritas em um relatório as informações e resultados analíticos, de todas as etapas do processo, com indicação da estratégia de devolução dos resultados aos moradores e outros grupos de interesse.
RECURSOS /EQUIPAMENTOS PREVISTOS: impressão do questionário de pesquisa, equipe de pesquisadores, kit com material de consumo para apoio a atividade (canetas, lápis, piloto, borracha, papel A4, prancheta), crachá.
META: Aplicação de questionários em até 90% das famílias beneficiárias.

Ficha de atividade 2

PRODUTO: Informações Gerais do Programa Minha Casa Minha Vida.
ATIVIDADE: Articulações para construção de parcerias – Mapeamento da rede social local.
MÊS DE EXECUÇÃO: 1.
FINALIDADE: Estruturar base de dados da rede social local e parceiros para elaboração de guia com informações dos serviços municipais, das parcerias, para distribuição aos beneficiários.
PUBLICO ALVO: Beneficiários do PMCMV dos empreendimentos Vicenzo Rivetti I.
CARGA HORÁRIA: 8h.
METODOLOGIA: Visita técnica às instituições, agendadas previamente, para apresentação do PTS no âmbito do PMCMV e para conhecer os serviços prestados, com viabilização de parceria. Com o resultado das articulações, as informações serão organizadas didaticamente, para facilitar a leitura na hora do morador consultar o guia de informações.
RECURSOS /EQUIPAMENTOS PREVISTOS: Material de comunicação do PTS (convite, folder, multimídia), crachá, lista de presença, ficha de avaliação, kit com material de consumo (folha, etiqueta, pilot, caneta, durex, pasta, lápis, borracha). Transporte para o deslocamento da equipe (aluguel de auto) Camera /celular para registro. Lanche coletivo
META: Efetivar a elaboração do guia de informações ,em tempo hábil, para entrega aos beneficiários, a partir da reunião de esclarecimentos, com informações de utilidade pública de todas as parcerias estabelecidas.

Ficha de atividade 3

PRODUTO: Informações Gerais do Programa Minha Casa Minha Vida.
ATIVIDADE: Articulações de parcerias comunitárias.
MÊS DE EXECUÇÃO: 1.
FINALIDADE: Difundir a proposta do PTS no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida e conhecer as bases organizativas em funcionamento na região, identificando suas formas de trabalho e de encaminhamento das questões da localidade, estreitando laços de cooperação e apoio para o trabalho a ser desenvolvido junto aos beneficiários.
PUBLICO ALVO: Grupos associativos locais, organizações religiosas e projetos sociais.
CARGA HORÁRIA: 3 h.
METODOLOGIA: Realização de reunião de apresentação do PTS, considerando conhecer as organizações locais, seus processos de mobilização e o nível de participação dos moradores da região, esclarecendo os objetivos do Trabalho Social em relação aos 04 eixos do PMCMV. Discorrer sobre a importância da participação da comunidade nas ações de elaboração de diagnóstico. Estabelecer propostas de comunicação, estreitando laços de cooperação para acolhimento das 176 famílias do empreendimento nas relações de vizinhança que irão se constituir cotidianamente nos diferentes espaços de convivência instalados na região. O local de realização da reunião será planejado com RT do projeto, buscando um espaço que facilite o deslocamento dos participantes. O convite da reunião será repassado por e-mail, whatsapp e visita, caso necessário.
RECURSOS/EQUIPAMENTOS PREVISTOS: material de comunicação do PTS (convite, folder, multimídia), crachá, lista de presença, ficha de avaliação, kit com material de consumo (folha, etiqueta, pilot, caneta, durex, pasta, lápis, borracha). Transporte para o deslocamento da equipe (aluguel de auto), Camera /celular para registro. Lanche coletivo
META: Canal de comunicação efetivado

Ficha de atividade 4.

PRODUTO: Informações Gerais do Programa Minha Casa Minha Vida.
ATIVIDADE: Reuniões de esclarecimentos.
MÊS DE EXECUÇÃO: 2 e 3.
FINALIDADE: Prestar orientações e esclarecimentos sobre o Programa, disponibilizando informações que colaborem para a tomada de decisão de participação dos beneficiários no PMCMV. Será a oportunidade também para a divulgação das atividades do Projeto de Trabalho Social e abordagem de temas, fazendo menção aos eixos do PMCMV, abrangendo os seguintes conteúdos: <ul style="list-style-type: none">• O PMCMV, os critérios de participação, condições contratuais, atribuições de cada agente envolvido, esclarecimento sobre desistência, procedimentos para o sorteio na escolha do endereço da unidade;• Procedimentos para a entrega dos imóveis (vistoria, entrega das chaves e mudança), orientação para a contratação de serviços básicos do imóvel, prestar informações aos beneficiários sobre o acesso às tarifas sociais;• Orientações sobre o processo de mudança de endereço no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal - CADÚNICO e do Programa Bolsa Família.• Noções básicas sobre planejamento do orçamento familiar, prestando informações aos beneficiários sobre noções básicas sobre organização e planejamento do orçamento familiar, racionalização dos gastos com moradia e especificidades relacionadas ao novo morar;• Noções sobre o funcionamento de um condomínio, regras de convivência e gestão, tendo como base o Código Civil, a Convenção e o Regimento Interno;• Noções básicas sobre participação e organização;• Incentivo a participação na organização do condomínio, na composição de chapas para eleição de grupo gestor;• Informações sobre a oferta e localização de serviços públicos de educação, saúde, lazer, esporte, segurança pública, assistência social, cultura entre outros, incluindo a questão do acompanhamento dos processos de transferência escolar e demais serviços de educação.
PUBLICO ALVO: Beneficiários do PMCMV dos empreendimentos Vicenzo Rivetti I.
CARGA HORÁRIA: 3 h.
METODOLOGIA: <p>Realização de reuniões para esclarecimentos sobre o PMCMV e PTS, com grupos de beneficiários aptos a inclusão no programa, num total de três encontros, com duração aproximada de 3 horas cada. Deverão ocorrer no empreendimento em endereço próximo, de fácil acesso, com espaço e infraestrutura compatível ao número de pessoas convocadas.</p> <p>Reunião com objetivo de reforçar os critérios do programa, prestando orientações esclarecendo as dúvidas de cada etapa que antecedem a entrega das chaves e mudança para o empreendimento, incluindo informações dos custos referentes ao pagamento de serviços para o imóvel e taxa de condomínio, dinâmica sobre organização e planejamento do orçamento familiar.</p> <p>Recepção aos beneficiários: equipe com, pelo menos, cinco atendentes, devidamente identificados e preparados para os procedimentos de credenciamento e entrega dos Kits.</p> <p>Os participantes do evento deverão ser orientados a preencher o questionário de avaliação da atividade (contido no Kit do Beneficiário) e entregar à equipe de Trabalho Social ao final do evento.</p> <p>Durante as reuniões de esclarecimentos, a equipe técnica de Trabalho Social deverá orientar sobre a importância da participação e controle social, a composição da Comissão Gestora e identificar junto aos participantes aqueles que possuem interesse em participar da gestão condominial.</p> <p>Os interessados deverão ser convidados a participar das reuniões de orientação sobre gestão condominial, onde serão tratados temas e reflexões que objetivem proporcionar autonomia dos novos moradores.</p>
RECURSOS /EQUIPAMENTOS PREVISTOS: <ul style="list-style-type: none">• Listas de presença; canetas, câmera fotográfica; crachá. Infraestrutura física (mesas e cadeiras) e audiovisual (som, amplificador de som, microfones, Datashow e tela para projeção), mesas e cadeiras, lanche e água. <p>Além da necessária infraestrutura para a realização do evento, deverão ser preparados e distribuídos</p>

aos beneficiários “kits”, minimamente compostos por:

- Pastas de plástico para o kit do beneficiário;
- Adesivo de identificação do Kit beneficiário;
- Mapas de localização do empreendimento e dos equipamentos sociais mais próximos, tamanho A4, colorido;
- Listas dos equipamentos sociais com telefone e endereço com 1 lauda, tamanho A4, preto e branco;
- Planta de implantação do empreendimento com 1 lauda, tamanho A4, colorido;
- Plantas do apartamento tamanho A4, preto e branco;
- Planta baixa do apartamento com sugestão de mobiliário com 1 lauda, tamanho A4, preto e branco;
- Planta baixa do apto adaptado com sugestão de mobiliário com 1 lauda, tamanho A4, preto e branco;
- Informativo com a especificação do sistema construtivo dos blocos e apartamentos e casas adaptadas com 3 laudas, tamanho A4, preto e branco;
- Folha de opção de unidade para facilitar a escolha da unidade na hora do sorteio.
- Cartilha morar e viver em condomínio;
- Minutas do contrato tamanho A4, preto e branco;
- Minutas do regimento interno tamanho A4, preto e branco;
- Formulários de avaliação da reunião, Mapa de satisfação com avaliação e sugestões para os próximos eventos, declaração de comparecimento, tamanho A4, preto e branco.

META: Participação de 80% dos propensos titulares/co-titulares convocados de acordo com a relação enviada pela CAIXA.

Ficha de atividade 5

PRODUTO: Ambientação para o público infante juvenil sobre o PMCMV e PTS.
ATIVIDADE: Atividade Lúdica com Público Infante juvenil de beneficiários.
FINALIDADE: promover atividade de interação com o público infante juvenil das famílias beneficiárias trabalhando de forma lúdica as atividades do PTS sobre a nova condição de morar em condomínio, sua preservação, apresentando normas gerais de convivência e de respeito às relações de vizinhança.
MÊS DE EXECUÇÃO: 2 e 3.
PÚBLICO ALVO: Beneficiários do PMCMV dos empreendimentos Vicenzo Rivetti I.
CARGA HORÁRIA: 3 h.
METODOLOGIA: Atividade será realizada por uma equipe com pedagogo, educador social, recreador/animador cultural, para colaborar na ambientação dos participantes, tratando conteúdos do PTS sobre morar em condomínio, através de atividades de contação de história, dramatização, desenho livre em uma linguagem que permita ao grupo o entendimento e adoção de práticas que se relacionem ao novo morar. A atividade terá a duração de 3 horas, concomitante a atividade 4, sendo executada em espaço físico próximo ao local da reunião.
RECURSOS /EQUIPAMENTOS PREVISTOS: Kit de material (canetas, giz de cera, lápis de cor, massa de modelar e outros), tapete de EVA, publicações que colaborem para a adaptação do grupo a condição de condômino, lanches, crachás de identificação (nome, filiação, idade);
META: Envolvimento de 80% de crianças que acompanham os familiares beneficiados na reunião de esclarecimento, nas atividades lúdicas de estímulo da praticas de boa convivência.

Ficha de atividade 6

PRODUTO: Elaboração do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial.
ATIVIDADE: Apresentação do PDST.
MÊS DE EXECUÇÃO: 3.
FINALIDADE: Elaboração do PDST com base nos eixos temáticos do trabalho social conforme normativas da Portaria 21, prevendo atividades que respeitem as características da intervenção, apontadas no diagnóstico, para aprovação pela instituição financiadora do PDST.
PÚBLICO ALVO: Beneficiários do PMCMV dos empreendimentos Vicenzo Rivetti I.
METODOLOGIA: Construir o PDST a partir das informações colhidas no diagnóstico socioeconômico e caracterização da macroárea, avaliações dos beneficiários e também do resultado das reuniões com grupos associativos, lideranças locais.
RECURSOS/EQUIPAMENTOS PREVISTOS: Listas de presença; canetas, Câmera fotográfica; Crachá. infraestrutura física (mesas e cadeiras) e audiovisual (som, amplificador de som, microfones, data show e tela para projeção), mesas e cadeiras, lanche e água.
META: Beneficiários cientes das ações propostas no PDST.

Ficha de atividade 7

PRODUTO: Monitoramento e Avaliação do Projeto Técnico Social.
ATIVIDADE: Avaliação e Monitoramento do PTS.
MÊS DE EXECUÇÃO: 1 a 3.
FINALIDADE: Monitorar o impacto das atividades previstas no PTS, junto a população avaliando sua condução, o nível de apreensão dos conteúdos trabalhados e a satisfação dos participantes em relação os temas abordados e de como contribuíram para sua adaptação no empreendimento, lições aprendidas.
PUBLICO ALVO: Beneficiários do PMCMV dos empreendimentos Vincenzo Rivetti I.
CARGA HORÁRIA: 4 horas por dia durante os 3 meses de execução do PTS.
METODOLOGIA: Utilização de instrumentos de sistematização do PTS, mensalmente, em todas as atividades realizadas durante os 3 meses de execução do projeto: registros do diário de campo, elaboração dos relatórios das atividades, aplicação de fichas de avaliação, elaboração de relatórios mensais e final, execução de pesquisa de avaliação do projeto .
RECURSOS PREVISTOS: Providenciar impressões, copias de fichas de atendimento, listas de presença , relatórios , material de comunicação do projeto(convite, cartaz, folder...) para composição dos registros da prática.
META: Realizar a monitoramento e avaliação do PTS, em todas suas etapas e ações nos 3 meses de atuação da equipe junto aos beneficiários .

10. ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL – PDST

O plano de desenvolvimento Socioterritorial tem como objetivo apresentar uma proposta de melhoria das condições de vida dos habitantes da macroárea, diretrizes e campos temáticos, a partir dos diagnósticos realizados na macroárea e em conjunto com os moradores.

As ações propostas no PDST implicam na definição de metodologia, frequência, metas quantitativas e qualitativas, indicadores de acompanhamento, avaliação e cronograma físico-financeiro definidos na etapa I. (Pre contratual- PTS)

O PDST tem como marco temporal, a fase pós-contratual com o beneficiário/pós-obra. Esse Trabalho Social será executado a partir da mudança das famílias, com duração de até 12 meses e sob responsabilidade de uma equipe técnica com experiência comprovada em trabalho social.

O regime de execução do plano será mista, com a contratação de uma empresa por meio de processo licitatório para a realização de atividades descritas neste plano, sob a supervisão de Responsável Técnica da Prefeitura Municipal de Petrópolis.

O PDST deverá ter por base os princípios de participação social, com o envolvimento dos atores locais (moradores, lideranças, representantes de organizações e/ou movimentos sociais, representantes de universidades, do poder público e iniciativa privada).

Deve apresentar e estruturar ações e estratégias, em um formato de Plano, que viabilizem a inclusão social dos moradores do empreendimento e região, assim como, a integração territorial daquela área da cidade. As ações e estratégias devem ser definidas a partir das características locais, sistematizadas em produtos como o Diagnóstico das Famílias Beneficiárias e o Diagnóstico da Macroárea, além de amplamente debatidas com os atores locais.

A execução efetiva das atividades do Trabalho Social deverá seguir como base metodológica os quatro eixos especificados na Portaria 21, de 22 de janeiro de 2014 do Ministério das Cidades, norteadores das ações.

A abordagem dos eixos deve contemplar os temas: mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental, e geração de trabalho e renda, dispostos no Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, abrangendo:

1 Mobilização, organização e fortalecimento social - prevê processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária visando promover a autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento, a constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social.

2 Acompanhamento e gestão social da intervenção – visa promover a gestão das ações sociais necessárias para a identificação, encaminhamento e solução de problemas construtivos ou de manutenção referentes ao empreendimento, em articulação com a construtora, os Entes Públicos e as concessionárias de acordo com as respectivas competências.

3 Educação ambiental e patrimonial - visa promover mudanças de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção.

4 Desenvolvimento Socioeconômico - objetiva a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da

população, fomentando condições para um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo.

Para sua realização, o PDST deve prever as atividades da fase pós-contratual com os beneficiários, conforme a Portaria nº 21 de 2014

O PDST deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

a) **identificação:** órgão responsável pelo Trabalho Social, dados do empreendimento, da macroárea, do responsável técnico; número de famílias beneficiárias, tipologia das unidades habitacionais;

b) **objetivos:** definidos com base nas articulações intersetoriais e na mobilização/fortalecimento da comunidade, com metas de curto, médio e longo prazo;

c) **ações e estratégias de execução:** definidas a partir dos resultados obtidos pela caracterização da macroárea e pelo diagnóstico das famílias beneficiárias, descrevendo as atividades, a metodologia, as técnicas e os instrumentos a serem utilizados, com base no conteúdo descrito nos quatro eixos;

c.1) na definição da estratégia intersetorial deverão constar os atores/parceiros mobilizados para cada ação prevista e seus respectivos compromissos assumidos, com o comprometimento formal dos setores envolvidos;

d) **monitoramento:** deve explicitar os mecanismos que serão utilizados pelo Ente Público para monitorar as ações do PDST, considerando os objetivos de curto, médio e longo prazo, assim como os arranjos de gestão definidos;

e) **equipe de Trabalho Social:** com descrição das atividades/atribuições do responsável técnico/Coordenador do Trabalho Social e de cada integrante, além das respectivas formações profissionais;

f) **orçamento:** contendo os custos das ações/atividades a serem implementadas, distinguindo as que serão executadas com recursos do trabalho social das que serão realizadas com recursos complementares, especificadas as fontes dos recursos;

g) **cronograma físico-financeiro:** contendo o tempo e custos de execução de todas as ações/atividades previstas no PDST e, quando for o caso, das etapas planejadas para o processo licitatório das atividades a serem realizadas de forma indireta.

Atividades do Pós-Contratual

O Pós-contratual com o beneficiário/Pós-obra, abrange as seguintes atividades:

- a) Instituição ou consolidação das organizações de base, estimulando a criação de organismos representativos dos beneficiários e o desenvolvimento de grupos sociais e de comissões de interesses;
- b) Apoio à formalização de associação de moradores e outras organizações de base, registro do estatuto e outros documentos, quando for o caso, inclusive na modalidade loteamento;
- c) Identificação e capacitação de lideranças e grupos representativos em processos de gestão comunitária;
- d) Criação, reorganização, fortalecimento e formalização de entidades da sociedade civil da macroárea que prestem serviços no território, visando à inclusão produtiva, econômica e social das famílias;
- e) Apoio à participação comunitária na pactuação e promoção de atitudes e condutas ligadas ao zelo e ao bom funcionamento dos espaços comuns, equipamentos sociais e comunitários disponibilizados, assim como de normas de convivência, promovendo a participação dos beneficiários;
- f) Estabelecimento de parcerias com os órgãos governamentais e não governamentais;
- g) Capacitações teóricas e práticas sobre organização e planejamento do orçamento familiar,

e sobre a racionalização dos gastos com moradia;

- h) Estímulo à promoção de atitudes e condutas sociais vinculadas ao novo morar, articuladas com os conteúdos abordados na gestão condominial, conforme normativo específico;
- i) Difusão de noções sobre higiene, saúde e doenças individuais e da coletividade;
- j) Ações socioeducativas relacionadas ao uso racional da água e da energia elétrica, preservação e conservação ambiental, e manejo de resíduos sólidos;
- k) Promoção de campanhas educativas de segurança infantil no imóvel e no empreendimento;
- l) Estímulo à adequada apropriação e uso dos espaços e equipamentos comuns;
- m) Encaminhamento dos beneficiários aos serviços de intermediação de mão de obra por meio dos mecanismos existentes;
- n) Encaminhamento dos beneficiários aos serviços de formação de núcleos associativos de produção e de microcrédito produtivo;
- o) Apoio, articulação ou promoção de atividades de capacitação e requalificação profissional e encaminhamento ao mercado do trabalho, conforme indicações da Pesquisa de Vocações e Mercado do Trabalho, aproveitando as oportunidades proporcionadas por programas e leis existentes, tal qual a Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000);
- p) Articulação com as políticas públicas de educação, saúde, desenvolvimento urbano, assistência social, trabalho, cultura, esporte, meio ambiente, entre outras;

11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento se constitui numa ação constante do Projeto, deve ser considerado como uma atividade de aprimoramento dos serviços, projetos e programas, que permitirá a correção dos rumos da proposta. Deve estar voltado à análise da cobertura e do desenvolvimento das atividades, estas, devidamente registradas em diário de campo, relatórios cada atividade programada. Já a avaliação é um processo que procura determinar a pertinência e o impacto de planos, programas, projetos e atividades do trabalho social. Além de gerar informações que possibilitam as equipes técnicas (social e engenharia) a atuarem no sentido de melhorar a qualidade das ações propostas.

Há que se considerar horários e datas compatíveis com a disponibilidade dos beneficiários e com as características das atividades, bem como, outros aspectos inerentes à segurança dos envolvidos e que, sempre que necessário, seja fornecido aos participantes a declaração de comparecimento ao evento.

Diversos instrumentos qualitativos e quantitativos serão usados ao longo do processo, de acordo com as atividades e grupos envolvidos para apreender a opinião dos beneficiários, inclusive, depoimentos espontâneos ou provocados, opiniões e impressões extraídas da observação técnica do campo e das interações sociais, informações coletadas nos contatos formais e informais, bem como dos resultados de pesquisas e sondagens, a saber:

- Diário de Campo;
- Preparação de Relatórios de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social;
- Pesquisa de avaliação, subsídios para elaboração do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial;
- Aplicação de fichas de satisfação das atividades do PTS.

Em todas as atividades planejadas e executadas no decorrer do projeto, são parte integrantes do Relatório Mensal de Acompanhamento do Trabalho Social os seguintes instrumentos:

- Lista de presença;
- Relatórios das atividades realizadas;
- Fichas de avaliação das atividades realizadas;
- Registro fotográfico das atividades numeradas e com legendas;
- Material de comunicação do projeto (convite, cartaz, folder, etc.).

Além da avaliação periódica das atividades, está programada a avaliação final, que deverá apontar os resultados conquistados, as dificuldades e aspectos facilitadores, estratégias de superação a fim de compor e generalizar para outras experiências, as lições aprendidas. Os instrumentos para o término do PTS são:

- Relatório Final de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social;
- Avaliação final.

12. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES VICENZO RIVETTI I

Produtos	Atividades	Mês 1	Mês 2	Mês 3
Informações Gerais do Programa Minha Casa Minha Vida	Diagnóstico censitário das famílias beneficiárias			
	Articulações para construção de parcerias/mapeamento da rede social local			
	Articulação de parcerias comunitária			
	Realização de Reunião de Esclarecimento			
Ambientação para público infante juvenil sobre PMCMV e PTS	Atividade lúdica com público infante juvenil de beneficiários			
Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial	Apresentação do PDST			
Monitoramento e Avaliação	Construção de diário de campo			
	Confecção de Relatórios de Acompanhamento do Trabalho social			
	Utilização de diversificados instrumentos de registro e sistematização			
	Avaliação – Aplicação de Pesquisa de satisfação			
	Elaboração e encaminhamento de Relatório Final do Projeto Técnico Social			

13. ORÇAMENTO VICENZO RIVETTI I

PRODUTO: Informações Gerais do Programa Minha Casa Minha Vida						
ATIVIDADE 1: Pesquisa Censitária						
ITEM	DESCRIÇÃO	U.M.	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL	FONTE
1.1	Coordenador	HH	14	43,33	606,55	1 coordenador x 2H x 7 dias
1.2	Técnico social	HH	14	35,37	495,22	1 técnico x 2H x 7 dias
1.3	Agente Social - Pesquisador	HH	176	13,62	2.396,40	1 entrevista por hora
1.4	Impressão comum p/b	FL	18	0,80	14,40	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
1.5	Impressão colorida	FL	18	1,50	27,00	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
1.6	Fotocópia comum p/b	FL	1400	0,20	280,00	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
1.7	Fotocópia colorida	FL	24	1,20	28,80	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
1.8	Prancheta - em eucatex - c/mola acrimet - ofício. Prancheta portátil, material eucatex, comprimento 340, largura 230, cor marrom, características adicionais com pegador metálico	UND	6	3,11	18,66	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
1.9	Plaqueta para cartão de identidade - cartão de pvc, formato 85mm x 54mm, espessura 0,75mm, modelo extracard, sem furação com inserção de dados. Frente: policromia com foto (crachá funcional servidor)	UND	4	3,51	14,04	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
1.10	Caneta esferográfica azul	UND	14	0,62	8,68	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
1.11	Lápis preto, material corpo madeira, diâmetro carga 2 mm, dureza carga hb, formato corpo hexagonal, características adicionais para desenho, material carga grafite	UND	14	0,36	5,04	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
1.12	Caneta hidrográfica, material plástico, formato corpo cilíndrico, material ponta poliacetato, espessura escrita média, cor carga azul, aplicação quadro branco	UND	2	1,57	3,14	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/

1.13	Caneta hidrográfica, material plástico, formato corpo cilíndrico, material ponta poliacetato, espessura escrita média, cor carga preta, aplicação quadro branco	UND	2	1,74	3,48	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
1.14	Caneta hidrográfica, material plástico, formato corpo cilíndrico, material ponta poliacetato, espessura escrita média, cor carga vermelha, aplicação quadro branco	UND	2	1,78	3,56	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
1.15	Borracha apagadora escrita, material plástico, comprimento 42 mm, largura 21 mm, altura 11 mm, cor branca, tipo macia, material capa plástico de vinil	UND	6	0,87	5,22	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
1.16	Papel a4 resma com 500 folhas	RESMA	2	19,00	38,00	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
1.17	Veiculo de passeio,5 passageiros,motor bicombustível (gasolina e alcool) de 1.0 litro,exclusive motorista	HH	28	46,75	1.309,00	Tabela EMOP 02/2018 (R\$ 35,13 + R\$ 7,36 + R\$ 4,26)
Sub-total - Atividade 1					5.257,19	

PRODUTO: Informações Gerais do Programa Minha Casa Minha Vida						
ATIVIDADE 2: Articulações para construção de parcerias- Mapeamento da rede social local						
ITEM	DESCRIÇÃO	U.M.	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL	FONTE
2.1	Coordenador	HH	4	43,33	173,30	Detalhamento de custos de pessoal
2.2	Técnico social	HH	4	35,37	141,49	Detalhamento de custos de pessoal
2.3	Agente Social	HH	4	13,62	54,46	Detalhamento de custos de pessoal
2.4	Impressão comum p/b	FL	4	0,80	3,20	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
2.5	Impressão colorida	FL	2	1,50	3,00	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
2.6	Fotocópia comum p/b	FL	70	0,20	14,00	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
2.7	Fotocópia colorida	FL	24	1,20	28,80	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
2.8	Caneta hidrográfica, material plástico, formato corpo cilíndrico, material ponta poliacetato, espessura escrita média, cor carga azul, aplicação quadro branco	UND	2	1,57	3,14	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
2.9	Caneta hidrográfica, material plástico, formato corpo cilíndrico, material ponta poliacetato, espessura escrita média, cor carga preta, aplicação quadro branco	UND	2	1,74	3,48	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
2.10	Caneta hidrográfica, material plástico, formato corpo cilíndrico, material ponta poliacetato, espessura escrita média, cor carga vermelha, aplicação quadro branco	UND	2	1,78	3,56	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
2.11	Lápis preto, material corpo madeira, diâmetro carga 2 mm, dureza carga hb, formato corpo hexagonal, características adicionais para desenho, material carga grafite	UND	2	0,36	0,72	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/

2.12	Borracha apagadora escrita, material plástico, comprimento 42 mm, largura 21 mm, altura 11 mm, cor branca, tipo macia, material capa plástico de vinil	UND	2	0,87	1,74	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
2.13	Etiqueta adesiva, material papel, cor branca, largura 25,4 mm, comprimento 101,6 mm, aplicação impressora jato tinta, formato retangular, carta com 100 folhas	CARTA	1	8,97	8,97	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
2.14	Lanche tipo kit com alimentos perecíveis e não perecíveis: Lanche tipo kit com alimentos perecíveis e não perecíveis. Kit contendo 01 (um) sanduíche de peito de peru, queijo tipo muçarela, pasta em pão tipo integral; 01 (uma) barra de cereal sem lactose e sem colesterol de 25 g; 01 (uma) fruta (maçã ou pêra embalada em saco plástico); suco em embalagem tetra pak de 200 mL (com opção diet e light) com canudo; guardanapo full pack; embalagem saco kraft branco. A embalagem deverá conter data e horário de fabricação, prazo de validade e condições de conservação. Para 51 a 100 pessoas	UND	20	13,16	263,20	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
2.15	Veiculo de passeio,5 passageiros,motor bicomustível (gasolina e alcool) de 1.0 litro,exclusive motorista	HH	4	46,75	187,00	Tabela EMOP 02/2018 (R\$ 35,13 + R\$ 7,36 + R\$ 4,26)
Sub-total - Atividade 2					890,06	

PRODUTO: Informações Gerais do Programa Minha Casa Minha Vida						
ATIVIDADE 3: Articulações de parcerias comunitárias						
ITEM	DESCRIÇÃO	U.M.	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL	FONTE
3.1	Coordenador	HH	3	43,33	129,98	Detalhamento de custos de pessoal
3.2	Técnico social	HH	3	35,37	106,12	Detalhamento de custos de pessoal
3.3	Agente Social	HH	3	13,62	40,85	Detalhamento de custos de pessoal
3.4	Impressão comum p/b	FL	10	0,80	8,00	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
3.5	Impressão colorida	FL	6	1,50	9,00	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
3.6	Fotocópia comum p/b	FL	240	0,20	48,00	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
3.7	Fotocópia colorida	FL	60	1,20	72,00	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
3.8	Caneta hidrográfica, material plástico, formato corpo cilíndrico, material ponta poliacetato, espessura escrita média, cor carga azul, aplicação quadro branco	UND	2	1,57	3,14	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
3.9	Caneta hidrográfica, material plástico, formato corpo cilíndrico, material ponta poliacetato, espessura escrita média, cor carga preta, aplicação quadro branco	UND	2	1,74	3,48	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
3.10	Caneta hidrográfica, material plástico, formato corpo cilíndrico, material ponta poliacetato, espessura escrita média, cor carga vermelha, aplicação quadro branco	UND	2	1,78	3,56	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
3.11	Fita adesiva, material polipropileno transparente, tipo monoface, largura 12mm, comprimento 30 m, aplicação multiuso	UND	1	0,55	0,55	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/

3.12	Lápis preto, material corpo madeira, diâmetro carga 2 mm, dureza carga hb, formato corpo hexagonal, características adicionais para desenho, material carga grafite	UND	3	0,36	1,08	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
3.13	Borracha apagadora escrita, material plástico, comprimento 42 mm, largura 21 mm, altura 11 mm, cor branca, tipo macia, material capa plástico de vinil	UND	2	0,87	1,74	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
3.14	Caneta esferográfica azul	UND	24	0,62	14,88	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
3.15	Etiqueta adesiva, material papel, cor branca, largura 25,4 mm, comprimento 101,6 mm, aplicação impressora jato tinta, formato retangular, carta com 100 folhas	CARTA	1	8,97	8,97	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
3.16	Lanche tipo kit com alimentos perecíveis e não perecíveis: Lanche tipo kit com alimentos perecíveis e não perecíveis. Kit contendo 01 (um) sanduíche de peito de peru, queijo tipo muçarela, pasta em pão tipo integral; 01 (uma) barra de cereal sem lactose e sem colesterol de 25 g; 01 (uma) fruta (maçã ou pêra embalada em saco plástico); suco em embalagem tetra pak de 200 mL (com opção diet e light) com canudo; guardanapo full pack; embalagem saco kraft branco. A embalagem deverá conter data e horário de fabricação, prazo de validade e condições de conservação. Para 51 a 100 pessoas	UND	30	13,16	394,80	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
Sub-total - Atividade 3					846,14	

PRODUTO: Informações Gerais do Programa Minha Casa Minha Vida						
ATIVIDADE 4: Reuniões de esclarecimentos						
ITEM	DESCRIÇÃO	U.M.	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL	FONTE
4.1	Coordenador	HH	6	43,33	259,95	Cálculo de HH - 3H x 2 reuniões - Detalhamento de custos de pessoal
4.2	Técnico social	HH	6	35,37	212,24	Cálculo de HH - 3H x 2 reuniões - Detalhamento de custos de pessoal
4.3	Agente Social	HH	6	13,62	81,70	Cálculo de HH - 3H x 2 reuniões - Detalhamento de custos de pessoal
4.4	Impressão comum p/b	FL	6	0,80	4,80	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
4.5	Impressão colorida	FL	6	1,50	9,00	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
4.6	Fotocópia comum p/b	FL	176	0,20	35,20	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
4.7	Fotocópia colorida	FL	60	1,20	72,00	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
4.8	Mapas de localização do empreendimento e dos equipamentos sociais mais próximos, tamanho a4, preto e branco	FL	176	1,20	211,20	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
4.9	Listas dos equipamentos sociais com telefone e endereço com 1 lauda, tamanho a4, colorido	FL	176	0,20	35,20	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
4.10	Planta de implantação do empreendimento com 1 lauda, tamanho a4, colorido	FL	176	1,20	211,20	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
4.11	Plantas do apartamento tamanho a4, preto	FL	176	0,20	35,20	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
4.12	Planta baixa do apartamento com sugestão de mobiliário com 1 lauda, tamanho a4, preto	FL	176	0,20	35,20	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/

4.13	Planta baixa da apto adaptado com sugestão de mobiliário com 1 lauda, tamanho a4, preto	FL	176	0,20	35,20	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
4.14	Informativo com a especificação do sistema construtivo dos blocos e apartamentos e casas adaptadas com 1 laudas, tamanho a4, preto	FL	176	0,20	35,20	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
4.15	Cartilha morar e viver em condomínio, 3 laudas	FL	528	0,20	105,60	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
4.16	Minutas do contrato tamanho a4, preto, 3 laudas	FL	528	0,20	105,60	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
4.17	Minutas do regimento interno tamanho a4, preto, 3 laudas	FL	528	0,20	105,60	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
4.18	Formulários de avaliação da reunião, mapa de satisfação com avaliação e sugestões para os próximos eventos.	FL	176	0,20	35,20	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
4.19	Caneta esferográfica azul	UND	176	0,62	109,12	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
4.20	Pasta plástica, com aba e elástico, transparente ou cristal, tamanho ofício.	UND	176	1,93	339,68	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
4.21	Etiqueta adesiva, material papel, cor branca, largura 25,4 mm, comprimento 101,6 mm, aplicação impressora jato tinta, formato retangular, carta com 100 folhas	CARTA	2	8,97	17,94	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
4.22	Papel a4 resma com 500 folhas	RESMA	1	19,00	19,00	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
4.23	Prancheta - em eucatex - c/mola acrimet - ofício. Prancheta portátil, material eucatex, comprimento 340, largura 230, cor marrom, características adicionais com pegador metálico	UND	4	3,11	12,44	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
4.24	Lanche tipo kit com alimentos perecíveis e não perecíveis: Lanche tipo kit com alimentos perecíveis e não perecíveis. Kit contendo 01 (um) sanduíche de peito de peru, queijo tipo muçarela, pasta em pão tipo integral; 01 (uma) barra de cereal sem lactose e sem colesterol de 25 g; 01 (uma) fruta (maçã ou pêra embalada em saco plástico); suco em embalagem tetra pak de 200 mL (com opção diet e light) com canudo; guardanapo full pack; embalagem saco kraft branco. A embalagem deverá conter data e horário de fabricação, prazo de validade e condições de conservação. Para 51 a 100 pessoas	UND	176	13,16	2.316,16	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
Sub-total - Atividade 4					4.439,62	

PRODUTO: Informações Gerais do Programa Minha Casa Minha Vida						
ATIVIDADE 5: Atividade Lúdica com Público Infanto juvenil de beneficiários						
ITEM	DESCRIÇÃO	U.M.	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL	FONTE
5.1	Técnico social (Pedagogo)	HH	6	35,37	212,24	Cálculo de HH - 3H x 2 reuniões - Detalhamento de custos de pessoal
5.2	Técnico social	HH	6	35,37	212,24	Cálculo de HH - 3H x 2 reuniões - Detalhamento de custos de pessoal
5.3	Agente Social	HH	6	13,62	81,70	Cálculo de HH - 3H x 2 reuniões - Detalhamento de custos de pessoal
5.4	Impressão comum p/b	FL	48	0,80	38,40	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
5.5	Impressão colorida	FL	24	1,50	36,00	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
5.6	Fotocópia comum p/b	FL	220	0,20	44,00	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
5.7	Fotocópia colorida	FL	120	1,20	144,00	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
5.8	Giz cera, material cera plástica com corante atóxico, cor variadas	UND	120	2,40	288,00	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
5.9	Placa de eva 600x400x2mm, cores variadas	UND	30	2,97	89,10	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
5.10	Etiqueta adesiva, material papel, cor branca, largura 25,4 mm, comprimento 101,6 mm, aplicação impressora jato tinta, formato retangular, carta com 100 folhas	CARTA	4	8,97	35,88	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
5.11	Caneta hidrográfica, material plástico, formato corpo cilíndrico, material ponta poliacetato, espessura escrita média, cor carga azul, aplicação quadro branco	UND	20	1,57	31,40	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
5.12	Caneta hidrográfica, material plástico, formato corpo cilíndrico, material ponta poliacetato, espessura escrita média, cor carga preta, aplicação quadro branco	UND	20	1,74	34,80	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/

5.13	Caneta hidrográfica, material plástico, formato corpo cilíndrico, material ponta poliacetato, espessura escrita média, cor carga vermelha, aplicação quadro branco	UND	20	1,78	35,60	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
5.14	Fita adesiva, material polipropileno transparente, tipo monoface, largura 12mm, comprimento 30 m, aplicação multiuso	UND	8	0,55	4,40	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
5.15	Lápis preto, material corpo madeira, diâmetro carga 2 mm, dureza carga hb, formato corpo hexagonal, características adicionais para desenho, material carga grafite	UND	48	0,36	17,28	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
5.16	Borracha apagadora escrita, material plástico, comprimento 42 mm, largura 21 mm, altura 11 mm, cor branca, tipo macia, material capa plástico de vinil	UND	24	0,87	20,88	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
5.17	Lanche tipo kit com alimentos perecíveis e não perecíveis: Lanche tipo kit com alimentos perecíveis e não perecíveis. Kit contendo 01 (um) sanduíche de peito de peru, queijo tipo muçarela, pasta em pão tipo integral; 01 (uma) barra de cereal sem lactose e sem colesterol de 25 g; 01 (uma) fruta (maçã ou pêra embalada em saco plástico); suco em embalagem tetra pak de 200 mL (com opção diet e light) com canudo; guardanapo full pack; embalagem saco kraft branco. A embalagem deverá conter data e horário de fabricação, prazo de validade e condições de conservação. Para 51 a 100 pessoas	UND	160	13,16	2.105,60	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
Sub-total - Atividade 5					3.431,51	

PRODUTO: Apresentação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial						
ATIVIDADE 6: Apresentação do PDST.						
ITEM	DESCRIÇÃO	U.M.	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL	FONTE
6.1	Coordenador	HH	3	43,33	129,98	Detalhamento de custos de pessoal
6.2	Técnico social	HH	3	35,37	106,12	Detalhamento de custos de pessoal
6.3	Agente Social	HH	3	13,62	40,85	Detalhamento de custos de pessoal
6.4	Impressão comum p/b	FL	24	0,80	19,20	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
6.5	Fotocópia comum p/b	FL	480	0,20	96,00	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
6.6	Lanche tipo kit com alimentos perecíveis e não perecíveis: Lanche tipo kit com alimentos perecíveis e não perecíveis. Kit contendo 01 (um) sanduíche de peito de peru, queijo tipo muçarela, pasta em pão tipo integral; 01 (uma) barra de cereal sem lactose e sem colesterol de 25 g; 01 (uma) fruta (maçã ou pêra embalada em saco plástico); suco em embalagem tetra pak de 200 mL (com opção diet e light) com canudo; guardanapo full pack; embalagem saco kraft branco. A embalagem deverá conter data e horário de fabricação, prazo de validade e condições de conservação. Para 51 a 100 pessoas	UND	60	13,16	789,60	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
Sub-total - Atividade 6					1.181,74	

PRODUTO: Monitoramento e Avaliação do Projeto Técnico Social						
ATIVIDADE 7: Avaliação e Monitoramento do PTS.						
ITEM	DESCRIÇÃO	U.M.	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL	FONTE
7.1	Coordenador	HH	66	43,33	2.859,45	1H x 22 x 3 meses
7.2	Técnico social	HH	66	35,37	2.334,60	1H x 22 x 3 meses
7.3	Agente Social	HH	66	13,62	898,65	1H x 22 x 3 meses
7.4	Impressão comum p/b	FL	100	0,80	80,00	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
7.5	Impressão colorida	FL	30	1,50	45,00	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
7.6	Fotocópia comum p/b	FL	1056	0,20	211,20	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
7.7	Fotocópia colorida	FL	210	1,20	252,00	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
7.8	Caneta esferográfica azul	UND	30	0,62	18,60	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
7.9	Papel a4 resma com 500 folhas	RESMA	4	19,00	76,00	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
Sub-total - Atividade 7					6.775,50	

Sub-total - Atividades 1 a 7	22.821,76
BDI 25%	5.705,44
TOTAL	28.527,21

13.1 Detalhamento de custo com pessoal

Segundo o Conselho Federal de Serviço Social, a Tabela Referencial de Honorários de Serviço Social – TRHSS foi instituída em 2001. Entre outras atribuições, ela determina o valor da hora técnica, fixando o valor mínimo a ser cobrado, que servirá de parâmetro para prestação dos serviços profissionais do/a Assistente Social que trabalhe sem qualquer vínculo empregatício, vínculo estatutário ou de natureza assemelhada. O valor dessa hora técnica é corrigido anualmente com base no ICV/DIEESE.

Considerando o § 2º do artigo 1º da Resolução CFESS Nº 418/2001, que instituiu a Tabela Referencial de Honorários de Serviço Social – TRHSS, alterada pela Resolução CFESS Nº 467, de 17 de março de 2005, especificamos, abaixo, os valores da hora técnica corrigida pelo ICV/DIEESE: Graduados/as: R\$ 128,38. Os valores acima serão referência até agosto de 2018.

Considerando as atividades a serem desenvolvidas neste PTS e as qualificações necessárias, foram calculados valores de HH, de acordo com os custos de salários e encargos sociais praticados. Os valores encontrados foram menores que os valores baseados no Conselho Federal de Serviço Social. Baseado no princípio da economicidade, estes valores foram utilizados para o orçamento.

COORDENADOR	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Salário	4.400,00
Previdenciários e FGTS	1.619,20
13	366,67
Encargos 13o.	134,93
Férias + 1/3 férias	488,89
Encargos Férias	179,91
Alimentação	264,00
Transporte	171,60
Total mês	7.625,20
Carga horária	176
Valor hora	43,33

ASSISTENTE SOCIAL / PSICOLOGO / PEDAGOGO	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Salário	1.800,00
Previdenciários e FGTS	662,40
13	150,00
Encargos 13o.	55,20
Férias + 1/3 férias	200,00
Encargos Férias	73,60
Alimentação	-
Transporte	171,60
Total mês	3.112,80
Carga horária	88
Valor hora	35,37

AGENTE SOCIAL	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Salário	1.200,00
Previdenciários e FGTS	441,60
13	100,00
Encargos 13o.	36,80

Férias + 1/3 férias	133,33
Encargos Férias	49,07
Alimentação	264,00
Transporte	171,60
Total mês	2.396,40
Carga horária	176
Valor hora	13,62

Encargos previdenciários e FGTS		%
A	INSS	20,00%
B	SESI ou SESC	1,50%
C	SENAI ou SENAC	1,00%
D	INCRA	0,20%
E	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%
F	FGTS + MULTA	12,00%
G	SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO	3,00%
H	SEBRAE	0,60%
Total		36,80%

14. CRONOGRAMA FINANCEIRO VICENZO RIVETTI I

ATIVIDADES	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	TOTAL P/ ATIVIDADE
ATIVIDADE 1: Pesquisa Censitária	3.942,89	1.314,30		R\$ 5.257,19
ATIVIDADE 2: Articulações para construção de parcerias- Mapeamento da rede social local	890,06			R\$ 890,06
ATIVIDADE 3: Articulações de parcerias comunitárias	846,14			R\$ 846,14
ATIVIDADE 4: Reuniões de esclarecimentos		2.959,75	1.479,87	R\$ 4.439,62
ATIVIDADE 5: Atividade Lúdica com Público Infante juvenil de beneficiários		2.287,67	1.143,84	R\$ 3.431,51
ATIVIDADE 6: Apresentação do PDST.			1.181,74	R\$ 1.181,74
ATIVIDADE 7: Avaliação e Monitoramento do PTS.	2.258,50	2.258,50	2.258,50	R\$ 6.775,50
CUSTO BÁSICO	7.937,60	8.820,22	6.063,95	
BDI 25%	1.984,40	2.205,05	1.515,99	
CUSTO MENSAL	9.922,00	11.025,27	7.579,94	
TOTAL	R\$ 28.527,21			

Petrópolis, 28 de junho de 2018.

Ronaldo Medeiros
 Secretário Municipal de Obras, Habitação e
 Regularização Fundiária

Antônio Lopes Neves
 Diretor de Habitação e Regularização Fundiária

Denise Lima dos Santos
 Responsável Técnico
 Sec. de Obras, Habitação e Regularização Fundiária

Edmar Klem de Mattos Filho
 Administrador
 UP Soluções

Rosangela Alves Hontem Guerreiro
 Responsável Técnico pela elaboração do PTS
 UP Soluções